

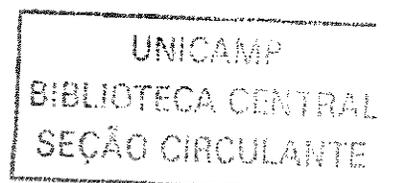
ADRIANA DOS REIS FERREIRA

**A COMPREENSÃO DO LAZER NO PLANEJAMENTO URBANO DE GOIÂNIA:
APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

2003

UNICAMP



ADRIANA DOS REIS FERREIRA

**A COMPREENSÃO DO LAZER NO PLANEJAMENTO URBANO DE GOIÂNIA:
APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida por Adriana dos Reis Ferreira e aprovada pela Comissão Julgadora em 14 de fevereiro de 2003.



Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Bramante

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	TUNICAMP
	F413c
V	EX
TOMBO BCI	56124
PROC.	16-127103
C	<input type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	20/10/03
Nº CPD	

CM00190901-9

Bib. Id. 303247

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

F413c

Ferreira, Adriana dos Reis

A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiânia: aproximações históricas / Adriana dos Reis Ferreira. – Campinas: [s.n], 2003.

Orientador: Antônio Carlos Bramante

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Lazer. 2. Planejamento urbano. 3. Áreas de recreação. 4. Política urbana. I. Bramante, Antônio Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Autora: Adriana dos Reis Ferreira

**Título: A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiânia:
aproximações históricas**

Formaram parte da Banca Examinadora :

PROFESSOR DR. ANTÔNIO CARLOS BRAMANTE (Orientador)
Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física

PROFESSOR DR. LUIS OCTÁVIO DE LIMA CAMARGO (Titular)
Universidade Anhembi Morumbi

PROFESSOR DR. SÉRGIO STUCCHI (Titular)
Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física

PROFESSOR DR. LINO CASTELLANI FILHO (Suplente)
Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física

PROFESSORA DRª. HELOYSA BALDY DOS REIS (Suplente)
Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física

Campinas, 14 de fevereiro de 2003.

200382014

***Dedico este trabalho aos meus pais
que sempre acreditaram em mim, a meu
marido Marcelo que soube compreender a
minha ausência e ao meu filho Fabrício que
“aguentou firme” dentro do meu ventre.***

Gostaria de deixar a minha sincera gratidão e afeto a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho, especialmente:

Ao Professor Doutor Antônio Carlos Bramante pela sua competência e compreensão na orientação deste trabalho.

A Tereza e Nicholaas pela acolhida e pelo “abstract”.

Aos meus sobrinhos Michael e Jessica pelos momentos de descontração.

Ao José Eduardo Vaula por todas as contribuições.

A Solange Rassi pela sua competência, disponibilidade e colaboração na revisão.

A Nilva, Marília, Patrícia, Katiúscia, José Pedro, Luzirene, Carmencita e Heliane pela acolhida na casa.

RESUMO

Este estudo teve como ponto de partida a problemática do espaço de lazer no processo de urbanização, resultante das intervenções das políticas públicas no município de Goiânia.

A pesquisa teve como objetivo (1) investigar como a legislação tratou o lazer e o espaço urbano de Goiânia, desde a sua fundação até o ano de 2000, (2) como a população e o poder público estadual e municipal apropriaram-se dos espaços, buscando uma visão ampla da cidade acerca de sua organização espacial de lazer e (3) encontrar subsídios para a elaboração dos próximos planos de desenvolvimento urbano, visando uma implementação da política pública setorial de lazer.

A metodologia adotada na realização desse trabalho foi uma combinação de pesquisa bibliográfica junto às várias bibliotecas de Goiânia e da Unicamp e pesquisa documental realizada junto a Seplan - Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Goiânia.

Diante dos resultados encontrados sobre o cenário espacial, foram apontados subsídios para uma política setorial de lazer baseada no referencial teórico de Requiza (1980), que considera em três diretrizes para a formulação de uma política de lazer: aspecto material, tempo e animação sócio-cultural.

ABSTRACT

This study has its origins in the problematic of leisure space caused by interference due to public policies within the process of urbanization in the city of Goiânia.

The research had as objectives (1) to investigate how leisure and urban space has been treated in Goiania's legislation since its foundation till the year 2000, (2) how the population and the city and state powers took charge of the leisure space searching for a wider vision encompassing the organization of its leisure spaces and (3) to substantiate the elaboration of further plans of urban development, with goal to implement a public sector leisure policy.

The methodology adopted in realizing this work was a combination of library research covering various libraries of Goiania and the Unicamp and documental research realized together with SEPLAN – Municipal Secretary for city planning for the city of Goiânia.

Due to the results obtained about the spaces of Goiânia a dedicated policy of leisure based on the theoretical reference of Requiça (1980) was substantiated which considers in three dimensions the formulation of a leisure policy, covering the aspects, material, time and socio-cultural animation.

SUMÁRIO

Lista de tabelas	xxi
Lista de ilustrações	xxiii
Introdução	1

Capítulo I - O Lazer

1- Lazer e sua interação com tempo livre, trabalho e espaço urbano	03
1.1- Lazer e tempo livre	04
1.2- Lazer e trabalho	07
1.3- Lazer e espaço urbano	11
2- Políticas públicas sociais e lazer	19
3- Diretrizes de uma política de lazer	26
3.1- Tempo	27
3.2- Espaço	28
3.2.1- O espaço da escola	31
3.3- Animação sócio-cultural	34
4- Planejamento urbano e participação popular	36

Capítulo II - O planejamento urbano de Goiânia

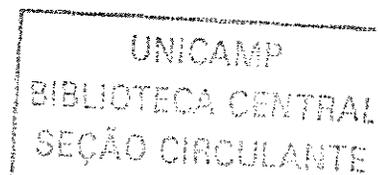
1- A história da mudança da capital do Estado e Fundação de Goiânia	40
1.1- O Brasil marchando para o oeste	40
1.2- Goiás, a antiga capital	42
1.3- A transferência da capital	44

2- Goiânia, os planos urbanísticos e as legislações	47
2.1- Goiânia	47
2.2- Planos urbanísticos e as legislações.....	50
2.2.1- O plano da nova capital – Plano Diretor 1.....	50
2.2.2- Novas diretrizes no plano da nova capital.....	57
2.2.3- Goiânia e a queda do Estado Novo.....	63
2.2.4- Ampliação do espaço de 1950 a 1964 - Plano Diretor 2.....	65
2.2.5- Goiânia de 1964 a 1975 – Plano de Desenvolvimento Integrado.....	67
2.2.6- Expansão urbana de 1975 a 1990.....	71
2.2.7- Lei Orgânica de 1990.....	74
2.2.8- Plano de Desenvolvimento Integrado e Terceiro Plano Diretor	78

Capítulo III – O lazer em Goiânia: contexto para uma política pública setorial

1- Diagnóstico da política de lazer em Goiânia	82
1.1- Tempo.....	83
1.2- Espaço	89
1.3- Animação sócio-cultural.....	95
1.3.1- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.....	95
1.3.2- Secretaria Municipal do Meio Ambiente.....	98
1.3.3- Secretaria Municipal de Turismo.....	99
1.3.4- Secretaria Municipal de Cultura.....	100

2- Participação popular, orçamento participativo e a questão do lazer na cidade de Goiânia	102
Capítulo IV – Considerações finais e perspectivas	107
Referências Bibliográficas	112



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Relação ano/ número de habitantes em Goiânia	49
Tabela 2: Distribuição da população goianiense em relação aos setores econômicos	50
Tabela 3: Comparação entre a quantidade de parques em relação ao número de habitantes por hectare	55
Tabela 4: Comparação das áreas de lazer e esportes planejadas no plano urbanístico inicial e sua utilização atual	60
Tabela 5 - Investimentos aprovados pela Câmara Municipal de Goiânia após a realização de todas as etapas do orçamento participativo, para o exercício 2002.	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Sem estradas praticáveis para caminhões, o material de construção chegava ao canteiro puxado por juntas de boi, como esta que acaba de descarregar diante do Palácio das Esmeraldas.....	46
Figura 2- Plano de Attílio Corrêa Lima para Goiânia.....	52
Figura 3: Goiânia, perspectiva da Praça Cívica.....	53
Figura 4: Foto da Avenida Goiás em 1942 com a Praça Cívica ao fundo.....	56
Figura 5: Os operários que vinham construir a cidade não encontravam outras acomodações além de choupanas fincadas no meio do mato.....	61
Figura 6- Mapa da cidade de Goiânia demonstrando os bairros onde a população de baixa renda vive	85
Figura 7- Mapa da cidade de Goiânia demonstrando os bairros onde a população de classe média alta vive.....	86
Figura 8 - Concentração dos parques públicos, shoppings e dos clubes privados na região onde a classe média alta vive	87
Figura 9 - Praça situada entre o Bosque dos Buritis e a Praça Cívica, um exemplo de paisagismo ambiental em Goiânia, proporcionando momentos de contemplação para os habitantes.....	88
Figura 10: Marginal e Parque Botafogo um exemplo de destruição de áreas verdes.....	93

INTRODUÇÃO

Na atualidade o lazer é tido como uma função social, constituindo-se objeto de estudos e de intervenções de diversas instituições públicas e privadas. O lazer começa a ganhar importância com a Revolução Industrial e o processo de urbanização. Daí sua relação não só com o tempo livre, mas também com o trabalho e com o espaço urbano. Esse estudo analisa o espaço de lazer no processo de urbanização, resultante das intervenções das políticas públicas. Pretende-se verificar como têm sido criados, preservados e desenvolvidos os espaços dedicados ao lazer, na cidade.

O lazer será tratado, nesse estudo, dentro da perspectiva de tempo conquistado (Bramante 1998), sua relação com o espaço urbano e se é resultante de um processo coletivo de intervenção e participação. Investigando todos estes aspectos, o que pretendemos é obter uma leitura do lazer na cidade de Goiânia, especificamente com relação ao espaço urbano, para que, diante dos subsídios encontrados e do conhecimento do cenário espacial, possamos propor uma política de estruturação dos espaços de lazer para a coletividade.

O trabalho, em termos metodológicos, foi uma combinação de pesquisa bibliográfica e documental, onde se analisou o planejamento urbano e as legislações urbanísticas, diante da ocupação do espaço de Goiânia, uma vez que esta cidade foi construída de forma planejada, na década de 40, e, ao longo destes anos, novos planejamentos vêm alterando sua concepção original, em especial com relação ao lazer.

Os objetivos desse estudo foram (1) investigar como a legislação tratou o lazer e o espaço urbano de Goiânia desde a sua fundação até o ano de 2000, (2) como a população e o poder público estadual e municipal apropriaram-se dos espaços, buscando uma visão ampla da cidade acerca de sua organização espacial de lazer e (3) encontrar subsídios para a elaboração dos próximos planos de desenvolvimento urbano, visando uma implementação da política pública setorial de lazer.

No primeiro capítulo refletimos sobre os temas centrais do estudo através da pesquisa bibliográfica, sobre lazer, espaço urbano, política pública setorial de lazer e a necessidade de interfaces com os demais setores municipais.

A pesquisa documental, realizada no segundo capítulo, permitiu visualizar como o lazer foi planejado para a cidade de Goiânia através da análise dos Planos Diretores e Lei Orgânica.

No terceiro capítulo, propomos analisar o confronto entre a teorização do lazer, os efeitos da urbanização sobre a situação do espaço de lazer e a visão administrativa no planejamento destes espaços em Goiânia, buscando subsídios para a elaboração dos próximos planos de desenvolvimento urbano e para a elaboração das políticas setoriais de lazer.

CAPÍTULO I

O LAZER

1- Lazer e a sua interação entre tempo livre, trabalho e espaço urbano

O lazer é uma das palavras mais utilizadas no nosso cotidiano. Frequentemente utilizada como forma de obter uma melhor qualidade de vida e aliviar o stress; nos discursos ideológicos, de busca da liberdade; na fala dos políticos, para atrair prestígio junto aos eleitores; nos pronunciamentos dos empresários, para a melhoria do ambiente de trabalho e da produtividade; nas propagandas do mercado imobiliário, atraindo o consumidor através dos espaços reservados para o lazer; entre outras. No senso comum, entre os diversos setores sociais encontramos diferentes conceitos. Enquanto objeto de estudo das ciências humanas, também encontramos o mesmo fato, decorrente de perspectivas teóricas diversas.

O lazer, como várias outras áreas do conhecimento, passa por uma crise de identidade e de paradigmas, que, segundo Gutierrez (2001), é extremamente positiva e fundamental para a busca do conhecimento e das questões metodológicas.

É uma crise de maturidade da área de ciências humanas, de uma área de conhecimento que acumulou uma carga enorme de reflexões e experiências articuladas em diferentes escolas de pensamento, que se contrapõem no meio de um debate intelectual denso e sofisticado, desde longa data, na busca do conhecimento (ibidem, p. 7).

Historicamente, dentro do que se concebe o lazer em nossos dias, o mesmo surgiu entre os séculos XVIII e XIX, durante a Revolução Industrial, onde aparecem a mecanização no sistema de produção, as lutas sociais, a redução da jornada de trabalho e um provável aumento do tempo livre. No século XX, a industrialização entra na era da automação, ocasionando uma intensificação da redução da jornada de trabalho, e, novamente, surge a possibilidade de mais tempo fora do trabalho (BRAMANTE, 1997).

Neste período, o entendimento de lazer é provavelmente baseado na visão sociológica, contrastando com a dimensão do trabalho, traduzido como um tempo de não obrigação. Mais recentemente, dentro de uma visão psicológica de busca do prazer, de atividade desinteressada, pessoal e de contemplação da liberdade, o conceito de lazer ganhou novas nuances. No século XXI, apesar da evolução do processo produtivo e das novas relações de trabalho, as atividades de lazer são reconhecidas ainda por estas características psicológicas e sociológicas sem destacar outras abordagens, tais como antropológica, filosófica, econômica, entre outras.

1.1 – Lazer e tempo livre

Lazer e tempo livre muitas vezes são considerados como sinônimos. Elias e Dunning (1985) acreditam que esta confusão vem da relação mal resolvida entre lazer e trabalho, que sugere o entendimento que todo o tempo que não é trabalho remunerado é tempo livre. Para estes autores, somente parte deste tempo pode ser voltada para as

atividades de lazer e propõem uma classificação das atividades no tempo livre: administração familiar, repouso, provimento das necessidades biológicas, sociabilidade e atividades miméticas ou jogo. O lazer, portanto, acontece no tempo livre voltado para as atividades miméticas, produzindo a busca de uma excitação agradável e a possibilidade de extravasar da conduta imposta pelo cotidiano.

Vários autores afirmam que o lazer só acontece no tempo liberado, fora do tempo das obrigações profissionais, sociais, religiosas, domésticas, ou seja, no tempo livre. Para Marcellino (2000), tempo algum pode ser considerado “livre”, pois todo tempo não está livre de coações ou condutas sociais, preferindo utilizar a expressão de “tempo disponível”.

Mascarenhas (2000) discorda deste ponto, pois acredita que em qualquer sociedade, por mais livre que seja, as normas e persuasões estarão sempre presentes e mesmo assim, o tempo continuará livre. Nesta perspectiva, o autor afirma que a conquista do tempo não pode ser compreendida como conquista da liberdade, mas o caminho para acessá-la. Na atual sociedade em que vivemos, o nosso tempo não é totalmente livre e não é destinado em sua plenitude ao desenvolvimento do homem.

Esse autor prefere não utilizar também o termo “tempo das obrigações” e cria um novo termo: “tempo das necessidades”. Conceitua-o como *“todo o tempo dedicado a qualquer atividade - e a principal delas ainda é o trabalho - que se concretize na vida do indivíduo procurando responder ao conjunto de necessidades físicas e materiais”*.(ibidem, p.84).

Brunhs (2001) afirma que o lazer é visto de uma forma equivocada, como uma fórmula milagrosa da busca do prazer e da liberdade, e esta interpretação mascara todas as contradições e conflitos do dia-a-dia.

Se o “tempo livre” não é livre, se o “tempo disponível” não está disponível e se o “tempo das necessidades” não comporta todas as necessidades, preferimos optar pelo termo “tempo conquistado” proposto por Bramante(1998) :

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através da experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo principal eixo é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais. (p.9)

A vida sócio-cultural, na lógica capitalista, é fruto do fracionamento do trabalho e da urbanização, onde os “sujeitos sociais” estão condicionados a “objetos políticos”, manipulados pela lógica hegemônica de poder e consumo. Desta forma, o tempo é, no nosso mundo contemporâneo, um componente adquirido pelas lutas sociais, porém controlado pelo mercado. Assim não podemos considerá-lo tempo “livre” uma vez que apresenta em contraposição ao trabalho e é controlado pelo relógio.

O tempo, conceito objetivamente inelástico, vem se tornando uma “mercadoria” de luxo, em que a máxima “tempo é dinheiro” chega a refletir o seu verdadeiro significado, dado por segmentos significativos de nossa sociedade. Portanto, “conquistar” um tempo de não obrigação vem se impondo como um desafio para todos que desejam exercitar a face humana da vida plena.(ibidem p.11)

O “tempo conquistado” se traduz em um tempo adquirido independentemente do trabalho ou das condições sociais, através da escolha pessoal e das prioridades que a coletividade elege. E é neste tempo que o lazer e outras manifestações oportunizam o acesso à liberdade. Conquistar um tempo para o lazer tem sido um privilégio de poucos, apesar dele ser entendido por muitos como um direito social e uma necessidade humana.

1.2 - Lazer e trabalho

Vários autores apontam, em seus estudos, a relação lazer e trabalho. Segundo Elias e Dunning (1985), lazer e trabalho são um estereótipo que foi difundido sem um estudo crítico do estatuto de axioma científico e que a familiaridade popular do termo obscureceu e distorceu os conceitos, por juízos de valores.

O trabalho, de acordo com a tradição, classifica-se a um nível superior, com dever moral e um fim em si mesmo; o lazer classifica-se a um nível inferior, como uma forma de preguiça e indulgência.(...) O trabalho a partir do momento em que é fonte de deleite deixa de ser moral, conserva um vago eco na polarização contemporânea do “trabalho” e “lazer”, sendo o último dominado pelo prazer e o primeiro totalmente desprovido do mesmo (idem, p. 106).

Oliveira (1997), utilizando-se da concepção de Lefebvre¹, não dicotomiza o termo lazer e trabalho, pois considera que o lazer não se separa do trabalho e propõe uma outra relação: “lazer e cotidianidade”, apesar destes termos também apresentarem uma

¹ Lefebvre, Henri. Critique de la vie quotidienne, 2ª ed., Paris, L’Arche, 1958, v.1.

relação dialética de unidade e contradição. O lazer é considerado como prática compensatória das relações do cotidiano e como reequilíbrio social.

Pensando com Brunhs (2000), o lazer e o trabalho não podem ser considerados como compartimentos estanques, pois a vida social é um todo, onde as diversas dimensões entrecruzam-se interdependentes.

Apesar da aparente dicotomia lazer/trabalho, torna-se necessário compreender a interação entre os dois, caso contrário, o lazer será sempre compensação em relação ao trabalho e o trabalho como um tempo desprovido de práticas criativas.

Para Oliveira (2000), a discussão que girava em torno da centralidade do trabalho para interpretar as questões sociais, não se evidencia mais. Hoje, predominam as discussões no modo de produção deste trabalho.

Retoma-se uma antiga questão: a tecnologia não apenas substitui o que antes fazia a mão e o engenho humanos; ela elimina ocupações. Esta gravíssima consequência incide sobre qualquer sociedade, variando apenas o grau de responsabilidade social que seus membros cultivam entre si (ibidem p.48).

Reduzir a jornada de trabalho aumentará o tempo de lazer? Esta pode ser, entre outras, uma realidade mais próxima da Europa e América do Norte, onde houve redução da jornada de trabalho, sem uma possível redução de salários, e também uma maior conscientização para o tempo livre, que pode ser dedicado para outras atividades de diversão e prazer. A nossa realidade brasileira e dos países emergentes é bem diferente. Se reduz a jornada de trabalho, também reduz o salário, o trabalhador é coagido a abrir mão dos seus direitos trabalhistas e os sindicatos tornam-se

fragilizados. Neste tempo reduzido, as pessoas buscarão novas maneiras de complementar a renda e boa parte da população trabalhará mais, em empregos informais, para manutenção e melhoria das condições de vida. A nossa educação é orientada para o trabalho e não para a busca da liberdade e do prazer.

Enquanto nos países do primeiro mundo este tempo “livre” é consequência do excesso de produtividade, nos países emergentes, como o Brasil, é produto da disfunção política de extinguir a miséria, a fome, a exclusão social e outras injustiças.(GEBARA, 2000).

Para Waichman (1987), a redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, uma maior disponibilidade de tempo, não será transformada em tempo de lazer, mas em necessidade de consumir, onde a liberdade estaria anulada pela necessidade de ter. O prazer e a liberdade transformar-se-ão em consumo.

O aumento dos níveis de produção de artigos para o conforto material e o consumo massivo gera uma mudança nas atitudes e nos valores relacionados ao lazer. Aprofunda-se a contradição de uma cultura centrada no trabalho e no esforço com a possibilidade de gastar (consumir) parte do produzido em elementos não imprescindíveis que produzem prazer (ibidem, p. 52).

Desta forma, o autor afirma que o lazer não implica em liberdade, mas na possibilidade de acesso a ela, muitas vezes impedido pela indústria do lazer, que nos provoca sempre para condicionar e manipular a nossa liberdade. O tempo será livre quando autocondicionarmos a nossa própria liberdade, sendo criadores e protagonistas.

No mundo contemporâneo, apesar da redução da jornada de trabalho, o homem trabalha muito mais em tempo real e em um trabalho mais complexo do que antes. A luta pela redução de trabalho implica, portanto, não somente a redução do tempo de trabalho, mas, *“pode-se articular a ação contra o controle opressivo do capital no tempo de trabalho e contra o controle opressivo do capital no tempo de vida”* (ANTUNES, 1999, p.174).

Se trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo (...) Uma vida cheia de sentido fora do trabalho, supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho (ibidem, p. 177).

Neste sentido, a vida não pode ser dicotomizada em trabalho e lazer. Concordamos mais uma vez com Lefebvre (1958) que propõe uma relação dialética entre “lazer e cotidianidade”, onde, não só o trabalho, mas todas as relações sociais, econômicas e todas as influências do nosso dia-a-dia estão interligadas ao processo histórico e ao cotidiano das pessoas.

Se todo o processo encontra-se interligado não podemos relacionar o lazer só com o tempo e o trabalho, mas também com o espaço em que ele acontece.

1.3- Lazer e espaço urbano

No contexto de uma economia mundial globalizada, a cidade é um objeto de estudo extremamente complexo e diversificado. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a tendência predominante do espaço urbano é o contínuo crescimento das grandes cidades e da instalação de pólos de produção decorrentes da internacionalização de mercados de produção. (SASSEN, 1998).

As indústrias de um mesmo ramo produtivo, até algumas décadas passadas, procuravam instalar-se em locais mais distantes uma das outras, para evitar, de certa forma, a concorrência e manter o domínio de uma determinada região. Hoje com a internacionalização dos mercados, as fronteiras econômicas praticamente não existem mais. O processo da instalação atualmente é diferente, as indústrias de um mesmo ramo, ao invés de se afastarem, procuram-se estabelecer em um mesmo pólo para que tenham maior força político-econômica no mercado interno e externo. No comércio o mesmo fenômeno pode ser observado com a expansão de galerias, centros comerciais e principalmente, dos shoppings centers.

Os grandes centros econômicos e financeiros do mundo tornaram-se espaços transnacionais em relação ao mercado mundial.² Algumas cidades como Tóquio, São Paulo, Hong-Kong, Londres, Nova York, entre outras, formam estes espaços de mobilidade e articulação do capital, e passam a ter muitos pontos em comum, perdendo

² Ibidem, p.10-11.

as suas características nacionais e sendo minimamente controladas pelo seu próprio governo.

O mundo, diante da globalização da economia, transformou a realidade social, econômica e política das cidades, causando impactos na organização do trabalho e distribuição de renda, conseqüentemente gerando uma desigualdade social urbana. Desta forma, concordamos com Sassen (1998) que por estes e outros motivos a cidade não pode ser estudada somente na perspectiva social ou urbana.

A urbanização também não pode ser desvinculada das influências que o espaço sofreu e sofre diante da indústria cultural e consumo de massa, induzido principalmente pela mídia e, imperando sobre a livre escolha, a alienação e a imposição no modo de vida, costumes, educação e cultura.

Quem é o indivíduo que vive nas cidades voltadas para o consumo? Para Santos (1987) é um consumidor insatisfeito que busca, incansavelmente, manter-se consumidor e que vive cada vez mais individualizado, e sua vida cotidiana fragmentada. A própria sociedade consumista *“ajuda a colocar como meta não propriamente o indivíduo tomando cidadão, mas o indivíduo tomando consumidor”*. (Ibidem, 1987, p.15)

Pellegrin (1999) complementa esta discussão:

Analisando o fenômeno do consumismo, percebe-se uma distorção no entendimento do que seja cidadania; o neoliberalismo ajudou a criar uma falsa idéia de exercício de cidadania que é basicamente centrada no “consumo”, ou na possibilidade de tornar-se consumidor. (p.32)

Hoje, mais do que nunca, o espaço urbano é motivo de grande preocupação da sociedade civil e da administração pública, no sentido de reorganizá-lo. O espaço contempla a desigualdade e injustiças sociais, dificultando encontrar cidadãos que cumpram os seus deveres e tenham os seus direitos resguardados, compondo estes espaços, sem serem simplesmente consumidores.

O espaço territorial sempre foi motivo de grandes guerras, confusões e especulações. É nele também que a sociedade desenvolve, trabalha, reside, diverte, constrói e destrói. Com a evolução das sociedades e do desenvolvimento da tecnologia, este foi se tornando diversificado e múltiplo.

No Brasil, a não regulamentação do uso do solo causou uma série de lacunas e desequilíbrios urbanos. Os espaços sempre foram mercadorias, tornando-se muito mais valiosos na atualidade, cujos custos foram e são avaliados de acordo com a especulação imobiliária, a qual valorizou áreas e setores com critérios voltados somente para interesses do capital.

Pellegrin (1996) trata das questões do espaço através das categorias “cheio e vazio”, propostas por Santiago Barbuy³. O “cheio” como um espaço construído, lotado, edificado e saturado e o “vazio” com um significado subjetivo de possibilidades para o encontro e convívio humano.

As pessoas vivem mais nos espaços chamados cheios pela valorização mercadológica e também pelas facilidades e benefícios existentes.

³ Barbuy, Santiago. O espaço do encontro humano. São Paulo: E.C.E., 1980.

O ser humano acaba vivendo na cidade, entre os “cheios”, que parecem dominar o espaço; não há espaço vazio, não há uma correspondência – e sim uma disputa – entre “cheios” e “vazios” na espacialidade. Soma-se a esta tendência uma visão mercantilista do espaço urbano, ou seja, o espaço urbano passa a significar mercadoria e investimento. (PELLEGRIN, 1996, p.32)

Os vazios demográficos, causados pela retenção de terrenos particulares sem utilização nas áreas urbanizadas, favorecem os interesses especulativos dos proprietários, mas tem efeitos onerosos sobre a cidade. A administração pública, não acompanhou de perto estas transformações e não teve interesse em manter o equilíbrio da cidade.

Áreas verdes, praças públicas e parques foram destruídos, doados e privatizados de acordo com os interesses políticos e financeiros. Muitos planejamentos foram engavetados e outros modificados para atender a especulação imobiliária, beneficiando uma parcela minoritária da sociedade.

E é neste espaço urbano, que investigamos a questão do lazer.

Os hábitos de lazer são, em grande escala, determinados pelos diversos agentes socializadores, particularmente pelos meios de comunicação de massa, moldando tendências que se caracterizam muito mais por atitude consumatória de eventos/atividades do que pela vivência consciente de uma experiência que transcenda a mediocridade do senso comum, na busca do pleno desenvolvimento pessoal e social (BRAMANTE, 1999).

É no espaço doméstico que o lazer ocorre com mais frequência, independente da renda e classe social. As práticas de lazer doméstico são limitadas pela própria infra-

-estrutura, pela falta de educação para o lazer e pelo domínio dos meios de comunicação, tais como a TV e o rádio.

Outros fatores que contribuem para o acesso maior do lazer doméstico são: a falta ou ação deficitária de uma política pública, que possa proporcionar serviços públicos includentes, e a violência, com a conseqüente falta de segurança. Andar pelas ruas contemplando a cidade e a natureza é uma atividade muito rara nos grandes centros.

O êxito das iniciativas municipais de calçadas explica-se pela recuperação dos valores culturais dos espaços de circulação na cidade, com seus bancos e possibilidade de contemplação e encontro (OLIVEIRA, 1997).

O espaço para as brincadeiras de rua é limitado e até mesmo impedido pelos problemas urbanos das grandes metrópoles, por novas formas de lazer e pela obsessão à TV. A falta de espaço ou um espaço desorganizado limita as atividades de lazer, de diversão e entretenimento. Os espaços urbanos são importantes para que todos os indivíduos, de todas as faixas etárias, possam exercitar algumas das atividades de lazer que necessitam de lugar para que ocorram, e um dos principais espaços de lazer é o espaço urbano.

As cidades passaram também por um período de transição quando os seus espaços eram pensados somente para o trabalho e para a produção e o lazer e os centros culturais de entretenimento foram esquecidos.

Neste sentido, podemos citar Magnani (2000) que considera que o lazer não deve ser pensado somente como repositor de forças depois de um trabalho estafante,

mas como um dos mecanismos de pensar os valores e a dinâmica da sociedade e dos seus espaços, podendo contribuir para minimizar os efeitos da exclusão social no mundo urbanizado.

Trata-se de mostrar que esse fenômeno é mais complexo e não pode ser reduzido a uma só perspectiva de análise: é preciso estar atento a ventos que sopram de outras paragens... O lazer por conseguinte, não é apenas um campo promissor de atividades, de negócios, de intervenção: é também um campo a partir do qual se pode pensar a sociedade atual com seus grupos, sua sociabilidade e seus conflitos.(p.25)

O desenvolvimento do homem no espaço vem ocorrendo de forma espiral, ou seja, é uma volta de forma ressignificada. Ele, que viveu por muitos anos no campo, buscou a cidade e seu progresso. Hoje, o mesmo homem volta ao seu ponto de origem e quer viver junto à natureza, mas não de uma forma rural e primária. Leva consigo todo o desenvolvimento e tecnologia urbana. Há uma forte tendência da população dos grandes centros de sair dos espaços cheios e buscar os espaços vazios, onde possam morar ou passar finais de semana com as mesmas facilidades da cidade, porém com mais segurança, tranqüilidade e outras possibilidades de lazer.

As iniciativas privadas, percebendo a lacuna no governo em relação à oferta de espaços públicos de lazer, passaram a investir em construções de condomínios fechados, clubes e hotéis-fazenda. Estas iniciativas, além de assumirem o papel do poder público, lucram mais e acabam que “desobrigando-o” de investir em construção, ampliação e manutenção de espaços e equipamentos públicos e em uma política de animação sócio-cultural.

Pellegrin (1996) ressalta que mesmo que os espaços de lazer apresentem possibilidades de convívio e uso comum entre as pessoas, o que tem se notado é um lazer favorável ao individualismo.

Ao que parece, a palavra lazer aparece nos discursos, nos planejamentos e nas legislações mais para embelezar as falas e os documentos do que pelo seu sentido real, como algo de essencial à vida humana ou mesmo um direito constitucional. Isso ocorre, muito provavelmente, por esta importância não ser de domínio das autoridades públicas.

O lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana. (ibidem, p.32)

A busca de espaços no campo, para fugir dos cheios, mercantilizou várias práticas que eram corriqueiras, ou seja, foram transformadas em produto de lazer, mercadoria e lucro, como é o caso do pesque-pague, ecoturismo, chácaras e hotéis-fazenda, restaurantes de comida típica, acontecendo até mesmo nas reservas e parques nacionais.

Como pontos favoráveis desses acontecimentos podemos destacar a geração de emprego, retenção do homem na zona rural, trocas culturais e preservação dos recursos naturais. Por outro lado houve um aumento substancial no preço de lotes, a falta de política de zoneamento, o aumento dos serviços privados e o enfraquecimento do poder público em relação a exploração do uso do solo nas reservas naturais.

Concordamos com Morin (1990), ao considerar que este tipo de refúgio cria uma sociedade temporária e um lugar considerado quase que mágico, onde as pessoas

tentam fugir dos problemas da vida cotidiana, e desta forma não serão buscadas e encontradas as soluções urbanas.

No dia 10 de julho de 2001 foi aprovada pelo Governo Federal a Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, que vem regulamentar os artigos 182 e 183 do capítulo da política urbana, da Constituição Federal. Com esta regulamentação ficam estabelecidas normas de ordem pública e de interesse social para uma política de desenvolvimento e da propriedade urbana.

O estatuto da cidade reúne uma série de normas relativas à ação do poder público para regulamentar as questões que garantam o pleno desenvolvimento da cidade, tais como segurança, bem-estar, equilíbrio ambiental, uso do solo, ou seja, as funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

A política urbana no Brasil não é consistente, mas começa a caminhar a partir deste estatuto. A resolução dos problemas urbanos passa a ser um processo de descentralização administrativa com a coalizão de profissionais, sociedade civil, comunidades locais e governo.

O atual quadro urbano brasileiro encontra-se com uma série de desequilíbrios, e este Estatuto vem como desafio para reestruturar as cidades, não mais com atuações privilegiadas voltadas apenas para alguns setores e para uma determinada faixa da população, mas de uma forma democrática, cabendo aos gestores públicos e sociedade civil trabalharem juntos para que os verdadeiros e necessários objetivos sejam estabelecidos e cumpridos.

2- Políticas públicas sociais e lazer

A urbanização é uma realidade na maior parte do mundo bem como os problemas que ela gerou. A exclusão social, a miséria, o desemprego, a violência são algumas das consequências deste mundo urbanizado. Nem mesmo as consideradas necessidades básicas de emprego, moradia, transporte, saneamento, meio ambiente e alimentação foram preservadas ou desenvolvidas paralelamente com este processo de urbanização, na maioria dos grandes centros.

No Brasil, há um contra-senso no desenvolvimento econômico e social, os quais deveriam crescer simultaneamente e sempre correlacionados um com o outro. Mas não é isto o que podemos perceber. Os índices econômicos são relativamente bons em comparação aos outros países, enquanto que os índices sociais demonstram graus de desenvolvimento inferiores aos de sua renda.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2001, a comparação dos indicadores demonstra uma desproporção entre a renda per capita dos brasileiros e seu grau de desenvolvimento em saúde e educação. Se o indicador fosse apenas o valor PIB per capita (US\$ 7.037,00) o Brasil ocuparia a 57ª posição no ranking dos 162 países listados. Observando os demais indicadores: expectativa de vida, índice de saúde, índice de educação, índice de renda, adultos alfabetizados e taxa de matrícula, o Brasil vai para a 69ª posição.

Um outro índice que aparece no RDH 2001 é o que mede o Índice de Pobreza Humana (IPH). O Brasil aparece na 18ª colocação, entre os 90 países classificados, no ranking dos países em desenvolvimento. Os aspectos observados são: longevidade,

conhecimento e padrão de vida digno. Em relação ao último relatório o Brasil diminuiu o IPH de 14,2% para 12,9% da população. Entretanto revela que aumentou a quantidade de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, tanto observando o critério de valor de PPP (PIB per capita) US\$ 2,00 por dia (de 17,4% para 22%), quanto o valor de PPP US\$ 1,00 por dia (de 5,1% para 9%).

Uma das explicações pode ser a desigualdade na distribuição da renda, que põe milhões em extrema pobreza e grande parte da renda na posse de uma parte mínima da população, associada à falta de políticas públicas sociais que intervenham em todos os aspectos da vida da população.

A Conferência Mundial Habitat 2, promovida pela Organização das Nações Unidas, realizada em Istambul, Turquia, em 1996, sobre o processo de urbanização no mundo, teve como pauta o futuro das cidades que reunirão aproximadamente 5 bilhões de pessoas em 2025, com o objetivo de melhorar a participação da população na gestão dos assuntos públicos nos próximos 20 anos, assegurando moradia adequada, segura, saudável e desenvolvimento produtivo e sustentável.

Neste evento foi implementada a Agenda Habitat, que é um plano de ação global, adotado pela comunidade internacional, baseada em princípios que devem se traduzir em práticas, com o objetivo de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável.

Esta conferência é tida como fundamental no aumento da consciência da comunidade internacional da relevância da questão urbana para o futuro do mundo. A

cidade é um problema importante tanto para o cidadão quanto para o poder público. Ela deve ser o lugar de ligação entre os seres humanos e onde estes possam ter vida digna, saúde, segurança e felicidade, preservando sua diversidade e promovendo a solidariedade.

Cada vez mais, dependerá dos governos, em todos os níveis, refletirem as prioridades da comunidade e conseguirem a descentralização eficaz de responsabilidades, gerências políticas e autonomia na tomada de decisões, enraizados em uma visão, compartilhada com a sociedade, que assegure e proteja os direitos humanos.

As políticas sociais no Brasil têm demonstrado uma desconexão entre as diversas áreas que as compõem, realçando a realização de ações pontuais que não trazem benefícios a longo prazo, com uma população distante da participação, das discussões, da elaboração, execução e avaliação dos programas.

O desenvolvimento integral do povo e do país será possível quando houver um projeto político integrado, com uma população participativa, estabelecendo projetos que atendam suas verdadeiras necessidades, capazes de resultar em solidariedade e justiça social.

O papel da administração pública é formular políticas públicas para os vários setores sociais, provocar discussões, elaborar diagnósticos para analisar as situações e estabelecer junto com a população as intervenções necessárias para o seu desenvolvimento e do seu espaço.

O lazer é considerado um dos elementos da política social e um dos indicadores da qualidade de vida. A grande questão é a falta de entendimento do que vem a ser este lazer. A sua compreensão é parcial e limitada e esta dificuldade é bem fácil de perceber, basta verificarmos nas secretarias municipais de algumas cidades para comprovar este fato. Podemos encontrar o lazer disseminado em diversos órgãos: Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Cultura e Lazer, Secretaria de Educação e Lazer, Secretaria de Turismo e Lazer, entre outras.

A questão da nomenclatura seria o de menos não fosse o grande problema do desconhecimento, por grande parte dos administradores públicos, do lazer como um direito, uma necessidade humana e em relação aos seus benefícios, abrangência, transversalidade, princípios e desafios na implementação.

Uma outra visão parcial do lazer é a do entendimento que as experiências de lazer são eventos que tragam descanso e divertimento, que sejam de grande porte, ao ar livre e que reúna muita gente. Outros valores como o desenvolvimento pessoal e social, (os quais consideramos os mais importantes) são esquecidos e muitas vezes desconhecidos.

Os meios de comunicação também contribuem na divulgação de uma imagem distorcida do lazer, voltada para as atividades físico-esportivas e como um privilégio das classes mais favorecidas.

A indústria do lazer também contribui para desvirtuá-lo, transformando-o em bem de consumo. O investimento desta indústria do entretenimento, em grande parte do mundo, vem acontecendo em ritmo alucinante através da iniciativa privada. São máquinas e equipamentos de alta tecnologia para satisfazer os “consumidores

alienados”. São na maioria das vezes, do tipo “faça você mesmo”, “você não precisa sair de casa”, “você pode ficar mais jovem”, “veja como é fácil emagrecer” entre outras armadilhas que fazem com que as pessoas continuem mais em casa e cada vez mais usufruindo de experiências individualizadas e alienadas. Um outro grande investimento, do tipo “pagou entrou”, tem sido na criação de parques temáticos, casa de jogos eletrônicos, bingo, entre outros. Desta forma, os meios de comunicação caminham no sentido inverso da concepção de tempo conquistado. O que pretendem estes meios de comunicação é a manutenção da alienação.

Dumazedier (1980), baseado na sociologia do lazer, propôs os interesses do lazer baseados no princípio cultural de cada experiência. Este autor identifica a predominância dos interesses culturais em: físicos-esportivos, manuais, sociais, intelectuais, artísticos, e turísticos⁴. Esta classificação favorece a ampliação do entendimento do lazer e a distinção da ligação do indivíduo frente a natureza das experiências de lazer, podendo estar ligado tanto a um como a vários deles.

Esta segmentação é importante no sentido de ampliar as ações específicas do lazer, procurando estabelecer conteúdos e valores mais diversificados que não sejam restritos a recuperação da força de trabalho, descanso e divertimento. Uma outra importância é a possibilidade de atuação conjunta do poder público com outras políticas como saúde, educação, meio ambiente, turismo, entre outras.

Na formulação de uma política social deve haver a preocupação de abranger os aspectos econômicos, ambientais, culturais, políticos e ecológicos, para que o

⁴ Os interesses turísticos foram acrescidos posteriormente por Luiz O. Lima Camargo no livro: “O que é lazer”.

desenvolvimento social esteja atrelado a desconcentração de renda, a universalização da saúde e educação, ao equilíbrio do meio ambiente e do bem estar da população.

O planejamento urbano é uma ferramenta importante para alcançar uma política social justa e inclusiva, mas que precisa ser trabalhada por profissionais de várias áreas, empresas públicas e privadas e pela população para que a história, os valores culturais, sociais e ambientais e o cidadão sejam resgatados e valorizados. Os governos devem dar a importância devida ao plano de urbanização, redefinindo suas políticas com a participação dos vários segmentos da sociedade.

O planejamento, vinculado a uma perspectiva desenvolvimentista, considera a possibilidade de superação da dependência econômica, através da ação do Estado. Constitui um instrumento de controle racional, capaz de conduzir ao desenvolvimento, alicerçado na eficácia e na competência técnica, possibilitando a realização de mudanças planejadas (a um só tempo, controladas e controláveis). Alterando os rumos ou acelerando o ritmo “natural” dos processos em curso, sua utilização, ainda que, por vezes, contra a vontade dos próprios beneficiários, tornaria possível a transformação qualitativa da ordem social, conduzindo a sociedade a mudança de tipo estrutural.

A política pública refere-se à intervenção estatal nas mais diferentes dimensões da vida social. E tem-se apresentado de forma fragmentada em políticas econômica, educacional, tributária, de saúde, trabalhista, de comércio exterior, entre outras. Cada uma dessas “políticas” parece dizer respeito a um “pedaço” da amplitude hoje abrangida pelo Estado brasileiro, com pouca ou quase nenhuma articulação recíproca.

E esta situação reproduz na divisão das políticas sociais. Acrescenta-se aqui um outro aspecto: as ações estatais a elas vinculadas teriam caráter compensatório e redistributivo. Estando destinadas a proporcionar consumos específicos, encontram no Estado seu agente privilegiado, entendido como instrumento de controle dos antagonismos sociais.

Entende-se como política social um conjunto de orientações desejáveis de ações possíveis visando a melhoria ou a solução de questões consideradas relevantes pela civilização. Política social sugere uma carência, uma necessidade, que é quase sempre concreta e objetiva. (CAMARGO, 1998)

No caso brasileiro, a tensão “acumulação” versus “equidade” acaba por pressionar muito mais intensamente o lado fraco, o da equidade. Desta forma, o projeto de “normalização” das relações sociais, através das políticas sociais, tende a não se concretizar, subordinando os objetivos sociais da política estatal a fins propriamente econômicos.

E é isto que veremos no próximo capítulo procurando mostrar que os planejamentos urbanos da cidade de Goiânia têm evidenciado essa tensão e dificultado o exercício do lazer, resultante dos inúmeros fatores anteriormente citados.

3- Diretrizes de uma política de lazer

Renato Requixa (1980) foi o pioneiro na concepção de diretrizes de uma política de lazer no Brasil. De modo genérico, dividiu-as em três ordens, válidas tanto para o poder público, como para a iniciativa privada: o aspecto material, isto é, os espaços, instalações e equipamentos; recursos humanos, para a animação sócio-cultural; e a reordenação do tempo, para favorecer o aumento do tempo livre.

Mesmo com o contínuo aprofundamento destas diretrizes por vários autores, a sistematização das três ordens, na prática, ainda não é adotada em sua plenitude pelo poder público ou mesmo pela iniciativa privada, podendo ser comprovado nas ações esparsas, documentadas na literatura especializada, e através de medidas complementares inseridas em outras políticas sociais.

Se considerarmos o lazer de uma perspectiva ampla, como cultura vivenciada no tempo disponível, com determinadas características, as diretrizes gerais de uma política municipal de lazer não podem se restringir apenas a uma política de atividades, mas contemplar também questões relativas à formação e reciclagem de quadros para a atuação, aos espaços e equipamentos e critérios de ordenação do tempo. (Marcellino, 1995 p.28)

Estas diretrizes expostas acima, mediadas pela sustentação nos conhecimentos científicos, visam dar condições qualitativas e quantitativas para a democratização do acesso a bens culturais e melhoria do bem-estar da população, exigindo do poder público vontade política, investimentos e parcerias com outras entidades .

3.1- Tempo

Para Requixa (1980) trata-se de um processo histórico o equilíbrio do tempo de trabalho e o tempo livre através de conquistas sociais de redução de jornada de trabalho, aumento no número de dias de feriados, férias, entre outras. Mesmo assim, os trabalhadores, na maioria das vezes, parecem não conseguir ter tempo para as experiências de lazer.

Com a conquista de mais tempo livre – redução da jornada de trabalho, repouso semanal aposentadoria, etc.- era de se esperar que o homem se dispusesse, com maior regularidade, às atividades de lazer. A realidade, porém é que são vários os fatores que estão a impedi-lo: o cansaço físico e mental gerado pelas atuais condições de trabalho, cada vez mais rotineiro e dividido; o barulho e a poluição; as grandes distâncias entre a moradia e o local de trabalho e os espaços de lazer; as dificuldades de trânsito; e sobretudo, a falta de espaços de lazer na cidade. (DUMAZEDIER, 1980, p.51)

Duas formas podem ser adotadas para a ampliação do tempo livre: a primeira é a redução das horas de trabalho e a segunda é a adoção de medidas racionalizadoras para a reordenação do tempo. Requixa (1980) e Camargo (1998) apresentam como sugestão a reorganização dos horários diários e semanais através da implantação de horários flutuantes; a desconcentração das férias escolares; a aposentadoria alternativa com gozo antecipado; redução gradativa da jornada de trabalho após um determinado número de anos trabalhados; reestudo dos horários urbanos; proteção à paisagem urbana; combate à poluição; a criação de novos parques urbanos e a regulamentação de espaços livres de lazer em condomínios e em novas implantações urbanas.

Ao considerar “tempo” como diretriz fundamental para a vivência das experiências de lazer, é importante considerar todas as condições que possam favorecer e agilizar a ampliação desse tempo. Consideramos que a questão “tempo” deva ser pauta constante do questionamento social na busca da fruição do lazer e na formulação de sua política, porém muitas destas questões de ordenação do tempo são de responsabilidade de uma política nacional. Mesmo assim, várias medidas podem ser efetivadas nas cidades pelo poder público municipal.

Não basta o espaço, o equipamento, a manutenção e o animador sócio-cultural se o poder público e a iniciativa privada não contribuírem para que o cidadão tenha um aumento substancial no “tempo” para usufruir das experiências de lazer.

3.2- Espaço

A partir da Revolução Industrial, com a acentuada tendência mundial à urbanização, onde a cidade se sobrepõe ao campo, os espaços urbanos tornaram-se fragmentados e geraram muitos problemas. Os espaços passam a ser específicos para habitação, trabalho, educação, circulação e diversão, sendo que esta ordenação ocorreu na maioria das cidades com uma série de conturbações. O processo de urbanização, mesmo nas cidades ditas planejadas, não obtiveram êxito na organização destes espaços, gerando resultados desastrosos e, assim como as outras funções, o lazer sofreu e vem sofrendo prejuízos nos seus espaços.

Verificamos, assim, a repetição do fenômeno já ocorrido em outros países, que vivem ou viveram a mesma realidade de industrialização e urbanização – o êxito da ocupação utilitária dos espaços urbanos, sobre-eminente a qualquer ocupação de interesse mais social, e resultante em prejuízo dos espaços para o lazer. (Requixa, 1980, p. 62).

O espaço de lazer não é só físico-territorial, é um espaço sobretudo das relações humanas que depende de uma política urbana e da participação do cidadão não alienado, não conformista, crítico e criativo. Para que esta política seja eficaz é necessário, para quem administra, conhecer estes espaços detalhadamente, respeitar os interesses da população e lutar contra a lógica do mercado que embala fortes correntes de privatizações dos espaços públicos, devido a especulação imobiliária.

Não podemos afirmar que estes problemas ocorrem somente por uma administração conivente com o mercado, mas também pela falta de consciência e participação da população, que às vezes impede ações públicas de preservação e controle do meio ambiente e dos espaços de lazer. Entre construir o maior “shopping center” de uma dada região ou manter um parque no local, arriscamos dizer que grande parte das pessoas optaria pela construção do empreendimento. Quantos cinemas não são hoje mais cinemas? Muitos deles foram transformados em auditórios e salões de igreja. São vários os problemas econômicos e sociais que dificultam a criação de uma população mais crítica e consciente de seus direitos e necessidades.

A participação da população nos espaços públicos demonstra uma construção fragmentada e contraditória, tendo como um dos fatores o setor público, cuja estrutura de poder permanece conservadora e resistente aos impulsos participativos (DAGNINO, 2002).

Uma das constantes ações do poder público é de criar ou adequar espaços artísticos e esportivos que atendam aos interesses dos grupos com um maior poder aquisitivo. O foco de atenção dos planejadores está, na maioria das vezes, na região central da cidade. Contudo, esta prática deveria ser invertida, ou melhor dizendo, equiparada para todas as classes sociais, tanto nos bairros nobres, centrais, como nas áreas periféricas.

Áreas livres e áreas verdes, os chamados espaços vazios, devem ser instituídos e conservados nas cidades para purificação do ar, diminuição da poluição visual e sonora e particularmente otimizadas como espaços para o lazer, o que quase não é percebido nas intervenções públicas.

As cidades modernas pouco têm, na sua geografia, em termos de espaço aberto ou construído, que seja resultado de um programa dirigido para as horas de lazer da população. Há uma confusão, entre as estruturas urbanas necessárias ao lazer e a noção de áreas verdes, ligadas ao urbanismo do Século XIX, preocupado com as higiênes das cidades. (YURGEL, 1983)

No entanto, sem uma política de animação sócio-cultural, o espaço nem sempre motiva ou sensibiliza as pessoas para a sua utilização. Vale ressaltar que todo equipamento de lazer bem planejado deve prever investimentos não apenas de construção, como na sua manutenção e animação.

Investir na criação e revitalização de parques públicos faz com que a população aproprie-se do local, tornando-se um agente voluntário, contribuindo com a fiscalização, evitando a depredação, as invasões e o mau uso destes espaços, diminuindo assim, maiores investimentos públicos.

As políticas espaciais devem ter como diretrizes a valorização dos espaços próximos das residências para facilitar o acesso, principalmente de crianças e idosos; a construção de áreas com as exigências técnicas das atividades específicas, tais como quadras, teatros, bibliotecas e museus; e a manutenção e preservação dos espaços livres e áreas verdes. Além disso, não basta o espaço se o acesso é difícil, portanto, paralelamente é necessário associar à política de lazer as questões relativas à circulação e habitação.

Concordamos com Marcellino (1995) ao afirmar que o espaço para o lazer é o espaço urbano. Se buscamos democratizar o lazer no cotidiano das pessoas, portanto, isto implica em democratizar o espaço urbano.

3.2.1- O espaço da escola

Nas cidades as crianças e adolescentes, assim como os adultos, enfrentam problemas que dificultam o acesso aos espaços e experiências de lazer, seja pela localização, segurança, falta de motivação, orientação e uma prática de lazer restrita, com ênfase nos interesses físico-esportivos. Para amenizar esta situação é necessário que a valorização dos espaços próximos às residências seja cada vez mais premente, para criar vínculos e raízes, onde a sociedade possa melhorar as condições existentes e desenvolva-se culturalmente.

A escola é um exemplo destes espaços. Ela é um espaço potencial de inclusão onde habitualmente já recebe alunos de diferentes classes sociais e com experiências

diversificadas, e onde através de uma prática pedagógica educativa busca-se promover sua educação.

O espaço de lazer não depende somente de locais específicos, depende muito mais de diretrizes e de ações significativas. A escola é um espaço importante pelas instalações existentes, localização, pela forma que a comunidade pode apropriar-se deste local com objetivos adequados e com propostas de acordo com a demanda dos interesses dos grupos e, principalmente, por ser o local mais indicado para a compreensão do lazer como objeto e veículo de educação.

Embora a prática de lazer escolar tenha ainda uma abordagem muito fortemente ligada ao funcionalismo (MARCELLINO, 1995), ela não deixa de ser também uma oportunidade para a convivência, para a busca do conhecimento desinteressado, do prazer, da liberdade e para viabilizar a consciência crítica através de experiências construtivas.

A escola pode ser um caminho alternativo para que as gerações se encontrem, facilitando a convivência e a busca de soluções para os problemas da comunidade. O lazer na escola pode ainda possibilitar práticas educativas, aproveitando a disposição que quase sempre os alunos têm em relação às atividades lúdicas. No entanto, o que se percebe na maioria dos casos, é uma prática omissa de alguns professores equivocados que compreendem o lazer tão somente como uma experiência espontânea. Na maioria das vezes, as experiências de lazer verificadas, não só em ambientes como a escola, são consumatórias e desvinculadas do processo educativo global.

Nas tentativas de adaptação dos valores vivenciados no lazer como prática educativa, tem-se confundido a orientação e a motivação, com um simples “deixar fazer”. A situação é particularmente grave, nas matérias mais diretamente ligadas à iniciação aos conteúdos culturais. Muitas vezes os professores confundem omissão com facilidades para a liberdade de expressão, não participando do processo de desenvolvimento de atividades, encarando-as, assim, como fins em si mesmas e não como parte de um plano de objetivos educacionais a serem atingidos (Marcellino, 1995, p.97-98).

A escola pode ser ainda palco para o surgimento de novos artistas, esportistas e talentos, além de ser um grande veículo para a formação de platéia, incentivando o gosto, o interesse, a vontade de ver e participar.

A educação física escolar pode ter como objetivo o estímulo à prática esportiva como forma de lazer, tanto para modalidades esportivas quanto para os esportes radicais, de aventura, ecológicos, entre outros. O professor deve estimular uma educação física consciente, criativa e prazerosa, proporcionando alternativas para que os alunos compreendam o lazer dentro e fora da educação formal.

No processo da educação formal, a escola é essencial para a compreensão do lazer como elemento de cultura, sendo mais um espaço para a sua fruição. A escola hoje não pode adotar uma postura retrógrada de um local fechado para a comunidade e voltada apenas para professor e aluno. É um espaço para que a comunidade local, como um todo, galgue, avance e melhore o seu desenvolvimento sócio-cultural.

A escola formal pode ainda constituir-se em um espaço privilegiado para preparar os jovens para a participação nas discussões futuras, que seguramente, poderão contribuir para modificar e elaborar novas políticas sociais – aí incluída a de lazer – assegurando o espaço da sobrevivência humana.

3.3- Animação Sócio-cultural

As diretrizes gerais de uma política municipal de lazer contemplam as questões relativas à formação e reciclagem de quadros para a atuação direta e indireta nas experiências de lazer, as quais são chamadas de animação sócio-cultural.

Camargo (1998) prefere utilizar o termo prática social, que considera estar posicionado diante de dois problemas. O primeiro, educacional, é como estimular os indivíduos a práticas enriquecedoras de sua cultura e o segundo é como devem ser os promotores de lazer capazes de romper as culturas tradicionais de paternalismo e assistencialismo e proporcionar experiências culturais de lazer, que levem a democratização cultural.

Torna-se de extrema urgência a formação de profissionais com uma visão mais ampliada do significado de lazer através da reformulação dos cursos e currículos e do trabalho interdisciplinar. Além desta formação acadêmica, o profissional precisa ter um comprometimento político para que não seja um agente repetidor de ações hegemônicas, mas que seja capaz de propiciar vivências de novos modos de fazer, ser, interagir e definindo novas formas para o desenvolvimento social.

Nesse sentido a universidade não pode distanciar-se da sociedade, produzindo conhecimentos desconectados com a sua realidade, principalmente porque pode contribuir diretamente na transformação de conhecimento em ação, sem o habitual caráter paternalista e assistencialista, compreendendo os reais anseios da população, formulando políticas que diminuam a exclusão social e que proporcionem um lazer

pautado na liberdade de escolha, na gratuidade, visando o desenvolvimento pessoal e social no tempo de não trabalho. (BRAMANTE, 1997)

Nesta perspectiva, caberá aos planejadores, educadores, profissionais de lazer e comunidade em geral, o importante papel de caminhar em direção da conscientização, da compreensão mais ampla das relações sociais e de uma visão libertadora dos conformismos dominantes.

Nesse sentido, coloca-se a importância de atuação dos grupos multidisciplinares, onde, através de um intercâmbio de experiências e conhecimentos de diversas áreas, possa o lazer contribuir numa efetiva participação cultural e alcance de maior bem-estar social.

O governo municipal deve promover estratégias de planejamento mais abrangentes e integradas envolvendo equipes multiprofissionais com planejadores urbanos, ambientalistas, engenheiros de transporte, assistente sociais, educadores, entre outros.

A educação para o lazer depende da competência e responsabilidade do poder público e da formação dos animadores sócio-culturais para que possam, conjuntamente, distinguir os vários conteúdos culturais e eleger de forma participativa as estratégias de ação, transmitindo informações e dando condições para a comunidade buscar autonomia na programação e desenvolvimento de experiências de lazer. (MARCELLINO, 1995)

4- Planejamento urbano e participação popular

Na maioria das cidades não há a participação das representações sociais no planejamento urbano, determinando assim um desenvolvimento urbano desigual, caótico, com injustiças e sobressaindo os interesses de poder e troca, pois não são identificados os verdadeiros interesses e prioridades da população, mantendo-a cada vez mais distante dos centros das decisões.

A organização e participação da comunidade são condições preponderantes para implementação de políticas sociais. A operacionalização da ação comunitária como instrumento essencialmente educativo e democrático é uma alternativa que possibilita a tomada de consciência dos problemas da sociedade e do mundo e facilita o exercício da cidadania através da participação ativa e comprometida, na busca da liberdade.

A cidade é tanto mais livre quanto mais a potência soberana for incomensurável à potência de seus cidadãos e quanto mais impossível for que um cidadão, um grupo ou uma classe possa identificar-se com a soberania. A cidade é tanto mais potente e tanto mais livre quanto mais o poder, sendo de todos, não possa ser de ninguém.(CHAUÍ, 1989)

Participação popular, segundo Chauí (1990), citada por Cavalleiro e Salgado (1996), não é apenas uma assembléia de pessoas ou a participação voluntária na realização de atividades, mas *“uma participação que dê ao indivíduo o direito de tomar decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas”*.(p.109). É uma forma de libertar o indivíduo dos conformismos que dominam as classes sociais.

No planejamento participativo entende-se que o conhecimento científico e técnico será compartilhado a serviço de todos e não detido por alguns ou buscando atender interesses próprios ou da organização. O poder público, com esse mecanismo, visa buscar parcerias e cooperação para solucionar de maneira mais democrática os problemas sociais.

Segundo Bramante (1997) é necessário também analisar por outro ângulo a utilização dos conceitos de “cooperação” e “parceria”, se realmente há um compartilhamento de responsabilidades ou se na maioria dos casos é o poder público abdicando de suas prerrogativas e obrigações, não somente no campo do lazer, mas em todas as áreas sociais. Nessas circunstâncias, o poder público mostra-se enfraquecido e inoperante, “transferindo” à sociedade civil, sua principal aliada, responsabilidades que seriam de sua competência.

O poder público é o responsável por facilitar e gerir as políticas sociais, não cabendo uma simples “descentralização” de ações para algumas entidades, mas uma busca constante de diálogo com a comunidade para que esta seja o foco, ou seja, o sujeito e o objeto da ação.

Uma das alternativas exercidas dentro das cidades governadas pelo Partido dos Trabalhadores está no “orçamento participativo”.

O orçamento participativo tem-se constituído um dos fatores impulsionadores no processo de uma democracia mais inclusiva, possibilitando uma mudança no comportamento da população e o rompimento de práticas históricas de clientelismo e de abuso de poder. A população passa a entender melhor os mecanismos

administrativos do poder executivo e contribui nas decisões dos benefícios prioritários para a utilização dos recursos públicos.

Trata-se de um mecanismo dinâmico e deve estar sempre atualizado, adaptando-se às novas necessidades da cidade, permitindo ao cidadão conhecer, fiscalizar e participar da elaboração do orçamento do município. Neste processo, a população decide o destino de parte dos recursos para o atendimento das demandas estabelecidas como prioritárias pela comunidade, discutindo, planejando e tomando decisões, sobre como e onde aplicar os recursos públicos. A comunidade decide as suas prioridades e ao mesmo tempo fiscaliza a aplicação dos recursos do poder público.

O orçamento participativo permite uma inter-relação dos seus agentes (população e poder público) com possibilidades de interferência, compartilhando mecanismos que buscam identificar os interesses e prioridades de ações. Trata-se portanto de uma ferramenta que estimula o processo democrático de discussão dos problemas do espaço urbano e das relações da cidade, consolidando a participação popular, contrapondo-se às políticas públicas de assistencialismo e paternalismo.

Esta prática permite priorizar a inclusão social, a construção de uma gestão popular através da consolidação de mecanismos de controle sobre a administração pública e o conhecimento da cidade, tornando-se um importante instrumento de cidadania e de construção de uma consciência cidadã.

No caso específico do lazer, esta prática pode favorecer à democratização do seu acesso e, ao mesmo tempo, estabelecer um processo de conscientização através

de informações e discussões entre os vários segmentos da sociedade civil e governo, sendo possível uma elaboração criativa dos projetos e sua consecução.

CAPÍTULO II

O PLANEJAMENTO URBANO DE GOIÂNIA

1- A história da mudança da capital e fundação de Goiânia

1.1- O Brasil marchando para o Oeste

No final do século XIX e início do século XX, o papel da cidade moderna foi bastante valorizado, considerando que o centro urbano era o local em que se podia desenvolver as ações civilizadoras, e que o homem do campo que não vivenciasse esta experiência não se realizaria por completo e não seria capaz de contribuir para o desenvolvimento da sua sociedade.

Esta valorização dos centros urbanos foi uma das conseqüências do apogeu do modelo europeu de desenvolvimento e da Revolução Industrial, principalmente sob o ponto de vista material, onde o homem urbano dependia cada vez menos do campo para a sua sobrevivência. As regiões rurais passaram a ser consideradas regiões atrasadas e os centros urbanos muito valorizados conforme nos conta.

“É que outrora, as cidades eram quase lugar para recreio e exibição de riqueza, onde só se desenvolviam atividades sem fins econômicos, tendo como função preponderante a de teatro para o gozo desenfreado das fortunas provenientes do trabalho agrícola. Hoje graças à evolução social e á circunstância de ter a humanidade entrado francamente na fase industrial, a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progridem e não prosperam.(CORDEIRO E QUEIROZ, 1990, p.12)

Através da revisão da literatura, ao que parece, em Goiás, nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento industrial e urbano não foi tão significativo comparado aos outros estados brasileiros. O Estado era bastante extenso, pouco povoado e a economia baseava-se na agropecuária e a industrialização era algo ainda distante.

Com a Revolução de 30, com a crise da política da valorização do café, gerou-se um quadro heterogêneo social e político contra as oligarquias. Surge com a revolução um novo projeto de nacionalidade que, ao mesmo tempo, foi um dos marcos no processo da industrialização e no aparecimento de novos núcleos urbanos (BORIS, 1978).

O médico Dr. Pedro Ludovico Teixeira, em 1932, pertencente a Aliança Liberal e participante do movimento revolucionário em Minas Gerais, foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas como interventor do Estado de Goiás, para dar direcionamento ao modelo de industrialização e progresso, através da “Marcha para o Oeste”.

A “Marcha para o Oeste” foi uma política de cunho nacionalista e desenvolvimentista que visava penetrar para o interior do País, em direção à Amazônia. Goiânia seria um ponto geográfico, político e ideológico desse projeto. Seria o símbolo do “grande, novo, progresso”, que tiraria Goiás da insignificância política econômica e passaria a ser o ícone da nova estrutura nacional (CHAUL, 1999).

Pedro Ludovico, por ser um homem carismático, conseguiu levar à frente a construção da nova capital, representando o movimento progressista e criando uma nova elite que se contrapunha à oligarquia de Vila Boa de Goiás, a antiga capital do Estado de Goiás.

Silva (1983), diz que Pedro Ludovico adaptou-se ao modo de administrar imposto pelo Estado Novo - decretado por Getúlio Vargas em 1937, onde os interventores perderam muito o poder -, seguindo a premissa de construir uma nova capital, que era um dos objetivos da Marcha para o Oeste. Esta marcha visava à ocupação territorial para a própria segurança nacional, na preservação de riquezas cobiçadas internacionalmente.

Em suma, Goiânia foi edificada sob o prisma da modernidade embora ligada à estrutura fundiária. Serviu de estratégia política para o seu mentor, Pedro Ludovico, em uma época em que o governo era provisório e o governante, um interventor, indo ao encontro das eleições constituintes de 1933...com isso Pedro Ludovico não só estaria concretizando seu ideal político de se sustentar no poder, como também passaria a contar, cada vez mais, com os grupos políticos do sul e sudoeste do Estado. (CHAUL, 2002, p.213)

A construção de uma nova capital seria o símbolo do desejo do progresso e melhoria da infra-estrutura. O surgimento de uma nova cidade serviria para resolver os interesses da região, das pressões nacionais e dos interesses do capitalismo internacional, de criação de novos mercados de produção e de consumidores.

1.2 - Goiás, a antiga capital

O rico solo goiano, suas reservas naturais e o baixo custo atraíram muita gente de outras regiões do país, fundando novas cidades e curru telas, alterando a economia do Estado de extrativista (ouro) para agropecuária. A criação de gado e agricultura estavam valendo mais do que o ouro e as condições geográficas da antiga capital não eram favoráveis para este novo mercado.

A ferrovia, como principal meio de transporte da produção agrícola, passava longe da antiga capital, devido à própria topografia (Serra Dourada) e uma situação desprivilegiada em relação ao eixo das grandes cidades brasileiras da época. Algumas cidades no Estado desenvolveram muito mais do que a antiga capital, que ficava sob o domínio de poder de coronéis da família Caiado, que não só dominavam as terras, como a política no Estado (CHAUL, 1999).

Vila Boa de Goiás, dentro dos padrões da modernidade da época, foi considerada como um local de condições urbanas desfavoráveis, comparada a outros centros urbanos e outras capitais. A baixa sensível da curva da população, principalmente com o declínio do ouro, levou a um êxodo da região. A balança econômica estava em queda e faltava investimento e acompanhamento do desenvolvimento de outros centros urbanos. As discussões para a mudança se mantiveram, portanto, com argumentos baseados na questão da topografia, saneamento básico, acessos e comunicação com outras cidades e estados, mas as questões políticas e de poder foram as que realmente deram força a este movimento.

Goiânia vem para resolver os problemas políticos e geográficos da antiga capital, tornando-se um novo centro econômico, pólo de desenvolvimento para Goiás e um dos marcos no novo processo político brasileiro, como também, um novo eixo político para o Estado no fim da década de 30 e início da década de 40. A transferência da capital passou a ser a bandeira de Pedro Ludovico para a sua sustentação no poder (MELLO, 1996).

1.3- A transferência da capital

A idéia de transferência da capital do Estado para outro local, foi lançada inicialmente por Dom Marcos de Noronha nos idos de 1820, posteriormente pelo Presidente da Província de Goiás, Marechal de Campo Miguel Lino de Moraes, no Governo do Império (1827 a 1831) seguido pelo Presidente da Província de Goiás, Marechal Couto de Magalhães em 1863. Todos concordaram que a Cidade de Vila Boa de Goiás não se justificava como capital, mas sim como um patrimônio histórico. Fazia-se necessário uma nova capital, com um novo caráter econômico social e político-administrativa, capaz de coordenar e estimular as atividades econômicas sociais com facilidades de transporte e saneamento (CORDEIRO E QUEIROZ, 1990).

A primeira Constituição do Estado de 1818, já previa a mudança da capital, no seu artigo 5º: “A cidade de Goiás continuará a ser capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso” (CHAUL, 2002, p.206).

O primeiro Governador do Estado Republicano local foi o Major Rodolfo Gustavo da Paixão (1890 a 1891) que também demonstrou o mesmo interesse da transferência da capital estadual.

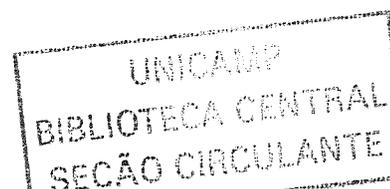
A mudança da capital de Goiás concretizou-se somente em 1932, com os objetivos políticos do Presidente Getúlio Vargas de interiorização e integração, na “Marcha para o Oeste”. O Interventor Pedro Ludovico Teixeira, assinou o decreto nº 2737, de 20 de dezembro desse ano, nomeando uma comissão, para a escolha do local.

No dia quatro de março de 1933, foi apresentado um estudo selecionando a cidade de Campinas, hoje um bairro da cidade de Goiânia. Esta cidade encontrava-se mais próxima dos planos da criação de uma grande metrópole, situada no ponto central geográfico e demográfico do Estado de Goiás, com uma topografia adequada e promissora, no centro da zona mais habitada, com um maior desenvolvimento, com um vasto perímetro de terras produtivas e cobertas de uma excelente mata.

Aprovado este estudo, o Engenheiro-Urbanista Armando de Godoi foi nomeado para proceder ao estudo definitivo, concluindo-o em 24 de abril de 1933, reforçando os pareceres anteriores. Começou-se assim um projeto de uma nova capital que tivesse os padrões modernos dos grandes centros urbanos brasileiros e que pudesse levar a evolução social para a região central, evitando o êxodo das classes de melhor poder aquisitivo.

“A cidade moderna, quando se lhe proporcionam todos os elementos de vida e ao seu estabelecimento e à sua expansão se prende um plano racional, isto é, que obedece às determinações do urbanismo, é um centro de cultura, de ordem de trabalho e de atividades bem coordenadas. Ela educa as massas populares, compõe-lhe e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e desperta energias extraordinárias entre os que vivem e os que ficam sob a influência civilizadora. Onde estabelece uma cidade moderna e bem aparelhada, surge a trindade econômica sobre que se baseia a atividade material, que ao mesmo tempo é industrial, bancária e comercial, valorizando a terra numa extensão e evitando o êxodo das fortunas que nelas se formam, bem como a emigração de seus habitantes, principalmente dos que constituem a elite, os quais, é natural só se sentem bem onde encontram campo vasto para suas atividades espirituais”.⁵

No dia 18 de maio de 1933, Pedro Ludovico Teixeira, baixa o Decreto nº 3359, determinando a construção da nova capital, nas áreas das Fazendas Botafogo, Criméia



e Vaca Brava, às margens do Córrego Botafogo, em um prazo máximo de dois anos. No mesmo ano, no dia 24 de outubro foi lançada a pedra fundamental da nova cidade.

O Decreto nº 327 de 02 de agosto de 1935, estabelecia a lei de criação do Município da Nova Capital, que recebeu o nome de Goiânia. O nome foi escolhido através de um Concurso público no Jornal "O Social" vencido pelo Professor Alfredo de Faria Castro.

A instalação oficial do município aconteceu no dia 20 de novembro de 1935 com a posse do Professor Venerando de Freitas Borges, como Prefeito, onde permaneceu por dez anos. O decreto final de nº1816 foi assinado em 23 de março de 1937 transferindo definitivamente a capital do Estado para Goiânia. O batismo cultural foi realizado em 5 de julho de 1942.

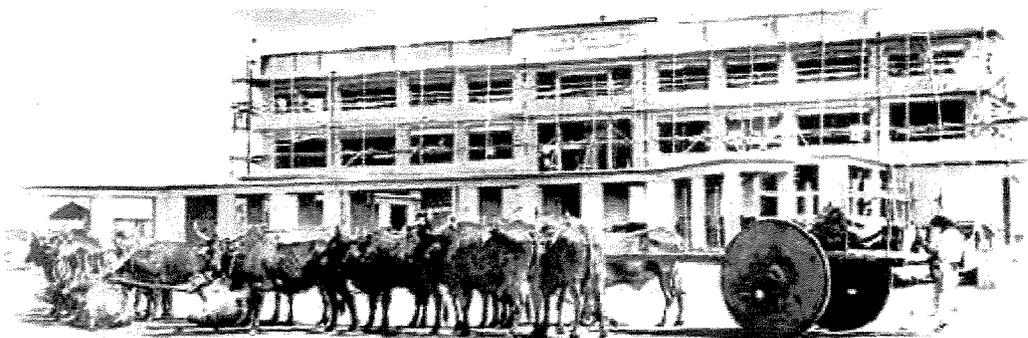


Figura 1: Sem estradas praticáveis para caminhões, o material de construção chegava ao canteiro puxado por juntas de boi, como esta que acaba de descarregar diante do Palácio das Esmeraldas.

⁵ Relatório sobre a construção da Nova Capital, apresentado em 24 de abril de 1933, pelo Engenheiro Armando Augusto de Godoy

O batismo cultural foi um dos momentos mais marcantes para a história de Goiás, marco divisório entre atraso e modernidade. A cultura era concentrada na antiga capital e era conservadora e romântica e o modernismo que se espalhava por todo o Brasil era repudiado.

Em Goiânia só se cogitava sobre construções e vendas de lotes e a parte social e cultural era relegada em segundo plano. O Batismo cultural veio para alterar esse cotidiano da cidade.

Na década do batismo cultural vários marcos importantes foram criados, entre eles a publicação literária da “Revista Oeste”, a bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, o lançamento do livro Ermos & Gerais de Bernardo Élis e as sessões dominicais de cinema no Cine Teatro Goiânia.

2- Goiânia, os planos urbanísticos e as legislações

2.1- Goiânia

Goiânia está localizada geograficamente nas Coordenadas: 16° 40' 21" de Latitude Sul, 49° 15' 28" de Longitude Oeste, com uma área de 801,02 Km². É banhada em toda sua extensão noroeste, norte e nordeste pelo Rio Meia Ponte com aproximadamente 72 km dentro do município de Goiânia, Ribeirão Anicuns e Córregos Capim Puba e Botafogo. A Altitude média é de 730 metros. O clima é Tropical e as chuvas são frequentes no verão e o período de estiagem compreende o período do outono e inverno.

A cidade de Goiânia sofreu ao longo do seu processo de urbanização uma perda de mais de 90% da sua mata original, para beneficiar uma elite econômica, convertendo o espaço social em “espaço mercadoria”. No plano inicial, Goiânia foi planejada com uma área verde de 32 m² por habitante. Em 1993, este índice indicava 1m² de parque por habitante. Como resultante, percebe-se um desequilíbrio ecológico, promovendo alterações geomorfológicas e ecológicas, como é o caso da perda da permeabilidade do solo das matas, que funcionavam como uma reserva de umidade, causando uma elevada temperatura, ar seco, veranicos prolongados e enchentes nas regiões ribeirinhas.(Martins Jr, 1996)

A história demográfica de Goiânia iniciou-se em 1933, ano de sua construção, quando vieram funcionários públicos transferidos e um número expressivo de operários (imigrantes estrangeiros refugiados da 2ª Guerra Mundial, migrantes do Norte e Nordeste do país e do interior de Goiás).

Neste espaço de 67 anos (considerando o ano de 2000) a cidade sofreu um crescimento populacional vertiginoso, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80, desacelerando nas últimas décadas, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: Relação ano/ número de habitantes em Goiânia

ANO	População	Crescimento %
1934	800	
1937	9.000	1125
1940	48.166	535,17
1950	53.389	11,08
1960	153.505	287,5
1970	380.773	248,05
1980	717.519	188,43
1991	920.640	12,83
1996	1.001.756	10,88
2000	1.093.007 – Censo 2000	10,91
2001	1.111.622	10,17

Fonte: IBGE - Goiânia

A população de Goiânia, segundo o último censo 2000, conta com 1.093.007, sendo que 52% são mulheres e 48% homens. As pessoas residentes na área urbana correspondem a 99,3%. A densidade demográfica é de 1476,03 habitantes/ Km².

Aproximadamente 56% da população é economicamente ativa e destes mais de 75% exerce suas atividades no setor terciário, conforme tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da população goianiense em relação aos setores econômicos

Goiânia distribuição da população por setores de atividade							
Agropecuária	Indústria	Comércio	Transporte e comunicação	Prestação de serviços	Atividades Sociais	Administração pública	Outras atividades
2,7	24,2	17,4	5,8	29,9	11,7	5,1	3,2

Fonte IBGE 1991

Estes dados básicos da realidade goianiense são resultantes dos planos urbanísticos e legislações, da fundação até o ano de 2000, os quais analisaremos a seguir.

2.2 – Planos urbanísticos e as legislações

2.2.1 - O plano da nova capital – Plano Diretor 1

O arquiteto urbanista, Atilio Corrêa Lima, foi nomeado responsável pelo projeto urbanístico de Goiânia, onde ficou de 1933 até 1934. Pedro Ludovico o escolheu por saber que ele era um profissional atualizado para planejar a futura capital.

Atilio esteve em Paris participando dos fóruns internacionais da arquitetura moderna: os CIAMs (Congrès Internationaux d' Architecture Moderne), que buscavam debater as diferentes tendências arquitetônicas e estabelecer um esquema conceitual comum. O principal documento destes fóruns é a Carta de Atenas, que faz uma síntese

do urbanismo racionalista ou urbanismo funcionalista, elaborada pelo Le Corbusier e publicada em 1941. Nesta carta estão incluídos as quatro famosas “funções da cidade”, em cujo documento pela primeira vez aparece a palavra “recrear” como uma delas.

A cidade definida desde então como uma unidade funcional, deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo de espaços e ligações onde poderão se inscrever equilibradamente as etapas de seu desenvolvimento. (...) A cidade adquirirá o caráter de uma empresa estudada de antemão e submetida ao rigor de um plano geral. Sábias previsões terão de antemão de ser submetidas ao rigor de um plano geral. Sábias previsões terão esboçado seu futuro, descrito seu caráter, previsto a amplitude de seus desenvolvimentos e limitado previamente seu excesso. Subordinada às necessidades da região, destinada a enquadrar as quatro funções-chaves (habitar, trabalhar, recrear e circular), a cidade não será mais o resultado desordenado de iniciativas acidentais. (LE CORBUSIER, 1993 itens 84 e 85, citado por BERNARDES 2000, P. 157)

O seu projeto foi constituído buscando estabelecer uma dimensão funcional e harmoniosa, dividido em três partes: organização do esboço geral do traçado, definição do tipo da cidade e seus elementos planimétricos e organização do plano diretor.

O traçado da cidade estabelecia um centro, composto de Praça Cívica, três grandes avenidas que convergem para aquela praça. Reproduzindo o desenho de Versailles, localiza no ponto de convergência o centro do poder, o Palácio das Esmeraldas. Buscava uma "certa monumentalidade", e afirmava, "guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado foi o princípio clássico adotado em Versailles, Karlsruhe e Washington". (LIMA, s.d.) (Fig.2)

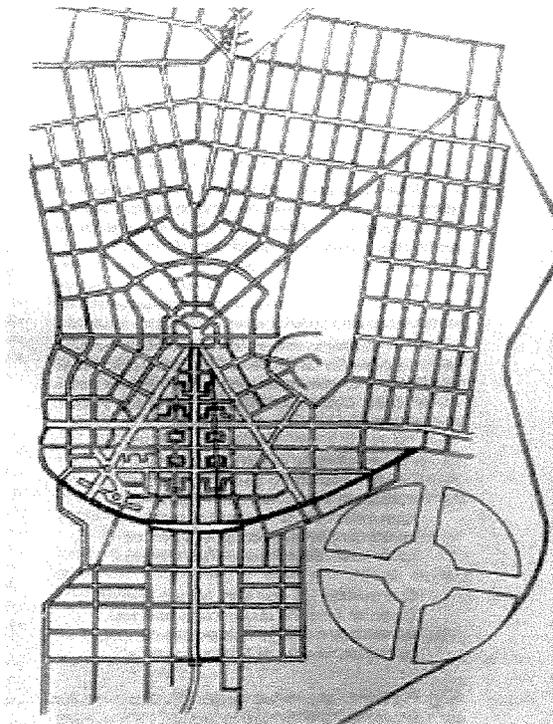


Figura 2- Plano de Atilio Corrêa Lima para Goiânia.

Os itens que constavam neste plano diretor eram sistema de logradouros públicos; indicações de circulação; zoneamento da cidade; esquema de redes de água, esgoto e energia; sistemas de parques, ruas e jardins, terrenos para esporte, recreação e arborização das ruas; plano do centro cívico e dos principais edifícios; coleta, transporte e tratamento do lixo; manuais de construção de edifícios nas quadras centrais e relatórios de regulamentação de abertura de ruas e construções, além da própria legislação deste plano diretor.

O núcleo central da cidade foi inspirado pelo centro que Unwin traçou para Letchworth, próximo de Londres em 1903, como protótipo de cidade-jardim concebida por Ebenezer Howard nos fins do século XIX. Da proposta de cidade-jardim de Howard,

que buscava as vantagens de uma relação cidade-campo, Atílio C. Lima se apropria do conceito de setorização das funções da cidade.

O desenho de Atílio C. Lima continha uma certa "modernidade" no zoneamento, uma grande preocupação com os espaços públicos, sua monumentalidade, mas também a visão de um urbanismo pitoresco. Certamente como consequência de sua formação, marcada por seus trabalhos iniciais de paisagista, no planejamento da Praça Cívica (residência oficial do governador e edifícios públicos) não apresentou estruturas monumentais, mas houve uma constante preocupação na organização dos jardins e na circulação de veículos. (Fig.3)

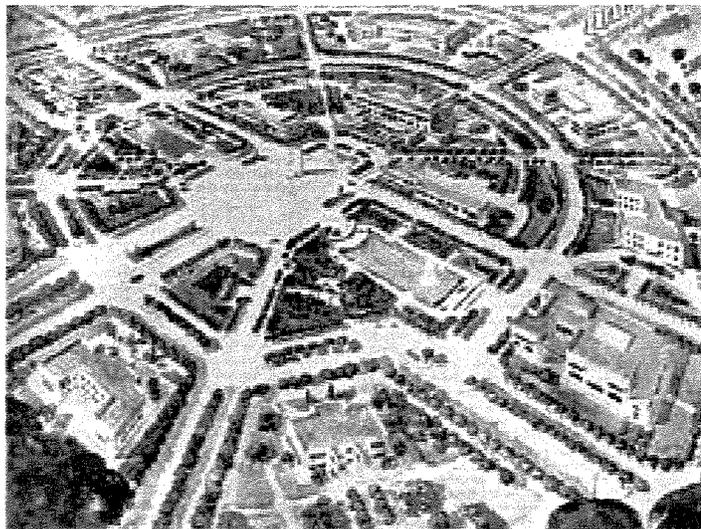


Figura 3: Goiânia, perspectiva da Praça Cívica.

O projeto previa uma população de 50.000 habitantes. O zoneamento da cidade foi dividido em cinco zonas: Centro Administrativo, Industrial, Residencial, rural e Zona comercial, desta forma estabelecendo uma função para cada espaço.

Houve uma preocupação em demarcar as zonas verdes para que a especulação imobiliária não prejudicasse tais áreas, mesmo que estas matas demorassem a virar parques. Foi previsto também, para todas as vias públicas, arborização e ajardinamento.

As praças, além das finalidades de lazer e demonstrações cívicas, foram pensadas também para facilitar o trânsito através do sistema da circulação giratória, evitando colisões, diminuindo o número de sinais luminosos e de inspetores de trânsito. As cidades de Versailles, Washington e Carlsruhe foram às inspirações para este projeto.

Os espaços livres de recreação, lazer e esportes foram pensados com função higienista e recreativa, totalizando 162 hectares, 14% da área total, com a proporção de 308 habitantes por hectare, 32,5 m² de parque por habitante. Esta proporção foi comparada com outros centros urbanos, principalmente europeus, considerando-se que mesmo que parte destas reservas ficasse, futuramente, comprometida, a relação estaria bem melhor do que outras metrópoles, conforme podemos observar na tabela comparativa da época:

Tabela 3: Comparação entre a quantidade de parque em relação ao número de habitantes por hectare

CIDADE	HABITANTES POR HA DE PARQUE
GOIÂNIA (Brasil)	308
DETROIT (EUA)	660
FILADÉLFIA (EUA)	790
NEW YORK (EUA)	943
LONDRES (INGLATERRA)	1000
PARIS (FRANÇA)	1354
SÃO PAULO (BRASIL)	1075

Fonte: Queiroz &Cordeiro, 1990, p.21.

Dentro do planejamento de parques, ruas, jardins e terrenos para esporte e recreação foi proposto para uma das avenidas - Av. Pedro Ludovico, hoje a Avenida Goiás -, uma largura de 50 m, e 45% desta foi destinado para área arborizada, que poderia ser usada pela elite à tarde e à noite para o “footing”. Isto realmente aconteceu e por muitos anos ficou conhecido como o “vai-vem”, mas que hoje abriga “camelôs” e não mais atende a elite.(Fig.4)

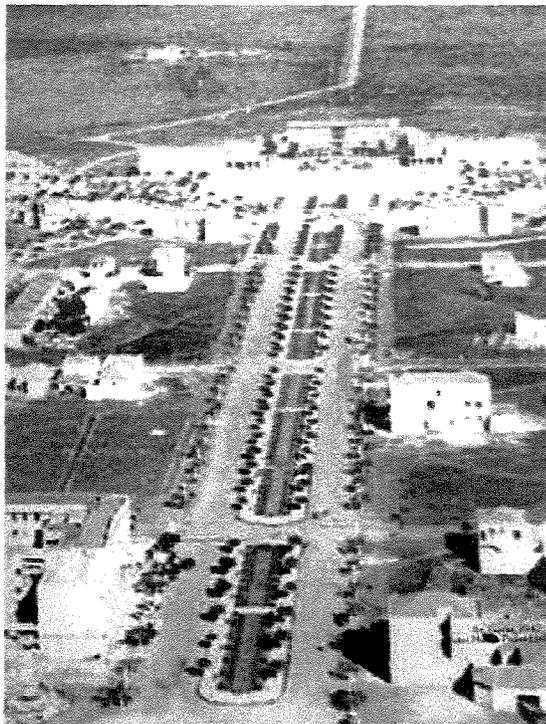


Figura 4: Foto da Avenida Goiás em 1942 com a Praça Cívica ao fundo

Neste plano, estava previsto a construção de 16 jardins, cinco praças, três playgrounds (áreas internas das quadras da zona residencial) e área para a construção de campos de esporte, sendo um estádio Municipal, com pistas de corrida, jogos atléticos, quadras de tênis, piscina e campos de futebol para a prática esportiva.

Dentro de uma das áreas ecológicas, tratada na época como “Buritizal” foi previsto um pequeno parque, com lagos decorativos. O Bosque dos Buritis, como é conhecido nos dias atuais, é um dos belos cartões postais de Goiânia, com uma área de 40 ha, bem menor do que a previsão inicial.

No córrego Botafogo, foi proposto um ajardinamento da mata, quadra esportiva e a transformação em um grande parque da cidade “Parque Botafogo”, com 54 ha. Em

uma das áreas, foi construído um Parque de Recreação “O Mutirama” e somente nos anos 90 que realmente o parque foi reestruturado.

Na represa do Jaó ficou projetada uma via ao seu redor, para ser uma das mais belas do Brasil Central. Sua margem seria reflorestada formando um Jardim Botânico, com várias espécies de madeiras de lei. Na represa foi contemplado espaço para clubes náuticos, regatas e ancoradouros e até mesmo uma estação de hidroaviões. Pensou-se também num grande centro de Educação Física baseado no projeto já existente da Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte.

Na confluência dos Córregos Botafogo e Capim Puba foi pensada uma reserva florestal de 100 ha. O parque “Paineira”, com 16 ha, também foi planejado, mas pertence a Empresa de Saneamento de Goiás.

Para a parte artística foi reservada uma área para a construção do Cine Teatro de Goiânia.

2.2.2 - Novas diretrizes no plano da nova capital

Com a decisão de rescisão do contrato por parte de Atilio, em 1934 a firma Coimbra Bueno assume a continuidade do plano, através dos engenheiros Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno e do consultor Armando Augusto de Godói.

Novos direcionamentos foram tomados em relação ao plano inicial. Houve uma redefinição de bosques e jardins, para formar um anel verde em torno da cidade considerando-se que o crescimento da cidade futuramente seria além deste anel, criando-se então as cidades-satélites.

O traço urbanístico de Godói inspirado nas chamadas cidades-jardim, européias e americanas, conta com um sistema viário de largas avenidas e presença de áreas verdes e espaços livres.

No Setor Sul foi previsto que as fachadas das casas fossem voltadas para os parques internos, que eram áreas verdes de comunicação entre os vizinhos, de convívio e de lazer. Nas construções grande parte dos moradores, alterou o lado da fachada e desta forma os parques internos ficaram abandonados. No final dos anos 70 tentou-se em vão uma recuperação e revitalização, através do Projeto Cura.

Nos aspectos urbanos a cidade de Goiânia, obedeceu a um rigoroso plano urbanístico com a divisão inicial de cinco setores: Central, Norte, Sul, Setor Leste e Setor Oeste.

Vários assentamentos desestruturados fizeram que a proposta inicial de 1938, de urbanização de Goiânia, sofresse diversas alterações do uso, de forma desordenada, sem o acompanhamento do poder público e particular.

Havia a previsão para as zonas dentro da cidade do Hipódromo e Vila Olímpica entre a cidade-satélite de Campinas e o Parque Zoológico, onde atualmente localiza-se o Setor dos Funcionários. A zona de esportes planejada na extensão de Campinas e o Bosque dos Bandeirantes para abrigar os esportes nobres de golf, pólo e tênis, foi transformada posteriormente em Setor Coimbra.

O Parque dos Bandeirantes e Parque Capim Puba localizado entre a Zona de Esportes e o Setor Oeste, abriga hoje o Corpo de Bombeiros (antes terminal rodoviário), a subestação da Celg e o Lago das Rosas.

Apresentamos um quadro comparativo do que foi proposto no Plano Diretor e do que realmente aconteceu, baseado nos dados de Queiroz &Cordeiro (1990), Martins Jr. (1996) e Bernardes(2000).(Tabela 4)

Os limites e as disposições do plano original de Goiânia foram subvertidos por interesses, governos divergentes, crescimento acelerado e pressões sócio-econômicas.

Outro fator de interferência foi que tanto no projeto de Atílio como no de Godói não foi planejada uma área para os primeiros moradores de Goiânia, cerca de 4000 mil trabalhadores de todo o Brasil, que participariam da construção da nova capital. Isto fez com que o governo tomasse iniciativas, alterando o plano de urbanização de Goiânia. Oficializou-se através do Decreto nº 90-a, a inclusão do Setor Campinas e a aprovação do Setor Coimbra alterando o plano inicial que propunha uma área para esporte e lazer.

Como grande parte destes trabalhadores não tinham mão de obra qualificada e chegavam como aventureiros, surgem então, as invasões em terras públicas, criando posteriormente os bairros Botafogo (hoje Setor Universitário), Vila Nova, Nova Vila, Fama, Criméia, Macambira (Setor Pedro Ludovico) e muitos outros. (fig.5)

Tabela 4: Comparação das áreas de lazer e esportes planejadas no plano urbanístico inicial e sua utilização atual.

Plano inicial	Área Planejada	Área atual	Uso atual
Parque Botafogo-área de preservação das águas e matas e lazer da população	54 ha	17 há mais 9,88 ha do Mutirama	Loteamentos clandestinos e doações de lotes pelo Governo Marginal Botafogo e Avenida Araguaia Parque Botafogo e Mutirama
Parque Linear Botafogo – área destinada à preservação das matas ciliares (park-way)	100 ha		Loteado pelo Estado e doado à Fundação de Promoção Social que vendeu à particulares. Pequena área com projeto de recuperação.
Bosque dos Buritis – área de preservação de veredas	40 ha	10,2 ha	Doações de terra pelo governo para escolas particulares Loteamentos ilegais e Avenida Assis Chateaubriand cortando ao meio. Órgãos públicos-Assembléia Legislativa, Fórum, Tribunal de Justiça e Museu de Arte. Bosque dos Buritis
Jardim Botânico	120 ha	96 há	Cortado por avenidas e loteamento Jardim botânico Chico Mendes 40% de desmatamento
Parque Paineira –destinado a área verde e de lazer	16 ha		Empresa de Saneamento de Goiás Clube da Celg Empresa de telefonia
Bosque Bandeirantes			Lago das Rosas
Parque Capim Puba- destinado à preservação das matas ciliares	500 Km ²	315.000 m ²	Residências e arruamentos Zoológico e Horto
Parque linear Capim Puba – preservação das matas ciliares(park-way)	4 km de extensão e 50 m de cada margem		Totalmente ocupada por residências e comércios.Loteado pelo Estado em 1960, em desobediência ao Código Civil Brasileiro.
Play-grounds	3		Área de uso especial do Estado e muitas áreas já forma vendidas, doadas ou transformadas
Aeródromo(Aeroporto)	79 ha		Setor Aeroporto
Avenida parque, Represa do Jaó, Yacht Club	200 Km ²		Represa e hidrelétrica Clube Jaó (particular), setor residencial e algumas faixas vendidas e loteadas pelo Estado e particulares
Extremidade da avenida Araguaia quadra poliesportiva para clube esportivo			Igreja Sagrado Coração de Maria
Zona de esporte Entre Campinas, Bosque dos Bandeirantes e Capim Puba	8 ha		Setor Coimbra
Hipódromo e Vila Hípica			Setor dos Funcionários
Parque Areião	360 ha	16 há	Órgão públicos, particulares e residências Parque Areião



Figura 5: Os operários que vinham construir a cidade não encontravam outras acomodações além de choupanas fincadas no meio do mato.

No ano de 1938 estavam sedimentados os setores Botafogo e Vila Nova, autorizados pelo governo, antes mesmo da aprovação do plano. A legalização destes setores só aconteceu no ano de 1947, com a aprovação da Lei nº 39 de 11 de dezembro.

Tanto Atilio quanto Godoi tinham a intenção de que, o núcleo central da cidade planejada fosse mantido controlado para no máximo 50.000 habitantes. A população que excedesse deveria ser deslocada para as zonas de extensão, as chamadas “cidades-satélites”.

Armando entendia que se a comercialização de lotes fosse feita por particulares, estes não se preocupariam com os aspectos urbanísticos da cidade, tendo em vista a possibilidade de lucro que poderiam alcançar. Esta preocupação se deu porque os

antigos donos das fazendas onde Goiânia foi construída, estocaram parte destas terras e adquiriram as terras fora do plano, passando a dominar o mercado imobiliário. Na sua opinião, o estado deveria assumir eternamente o controle da expansão da cidade, para frear a estocagem especulativa dos lotes e manter sempre o controle sobre o plano de urbanização.

Na concepção urbanística de Goiânia foi prevista uma convivência harmoniosa entre os chamados espaços cheios e os vazios. As diretrizes indicavam uma garantia da proteção dos recursos naturais e a valorização do espaço de lazer da população. Os espaços livres na sua maioria constituíam o cinturão verde que seria um elo de convivência entre a população da cidade planejada e das futuras cidades-satélites, proteção para as nascentes e córregos e manutenção do ambiente urbano equilibrado ecologicamente.

O controle do uso do solo pertencia ao Governo do Estado, através do Departamento de Propaganda e vendas de Terras da Nova Capital, criado em 1934. O Estado planejava e implantava loteamentos, sob controle de Godoi, para que fosse mantido o plano da cidade e a valorização dos lotes (BERNARDES, 2000, p.176).

Em 1944, Pedro Ludovico baixa o Decreto-Lei nº 11 de 06/04/44, proibindo novos loteamentos urbanos e o loteamento de chácaras nos subúrbios da cidade, por cinco anos, com a finalidade de reservar glebas para a localização das cidades-satélites. Esta medida foi fundamental para a manutenção do plano urbanístico e evitar que a especulação imobiliária dominasse o crescimento da capital.

2.2.3- Goiânia e a queda do Estado Novo

Com a queda do Estado Novo em 1945, Pedro Ludovico também é afastado do poder. De 1945 a 1947 com a sua sucessão, um novo momento político foi instaurado e alterando o processo do uso do solo.

A constituição de 1946 projetou uma maior autonomia municipal, proporcionando aos municípios melhores condições de sobrevivência. Atribuiu impostos de licença predial, territorial urbano e impostos de indústrias e de profissões. Contemplou ainda uma participação no imposto de combustível e dez por cento do imposto de renda, distribuídos igualmente a todos os municípios (CORDEIRO, 1989).

Neste período três governadores foram nomeados: o Desembargador Eládio Amorim, General Xavier de Barros e Belarmino Cruvinel. Com as eleições de 1946, Jerônimo Coimbra Bueno foi eleito Governador. Coimbra Bueno, com posição privilegiada no Estado Parlamentar Republicano, favoreceu a canalização de recursos para a construção da estrada de ferro e desempenhou uma luta para a transferência da capital federal para Goiás (ibidem, 1989).

O Decreto nº 574, assinado pelo prefeito Ismerino Soares de Carvalho, em 1947, estabelece o Código de Edificações, *“que permitia o parcelamento do solo, pela iniciativa privada, a elevação do índice de adensamento e a expansão da área urbana por um raio de 15 km, interferindo, dessa forma no plano de urbanização aprovado em 1938”*.(BERNARDES, 2000, p.177)

Poucos efeitos foram obtidos na evolução da estrutura urbana até 1950 devido a exigência de uma infra-estrutura básica (pavimentação, saneamento básico e energia elétrica) que inviabilizava uma boa margem de lucro para o investidor.

O Prefeito eleito, Eurico Vianna, pressionado pela população e pelos empreendedores, aprovou em 16 de março de 1950, a Lei Municipal nº 176, alterando o decreto 574, revogando as secções 5 e 6, referentes ao zoneamento e divisão do terrenos, arruamentos, loteamentos e desmembramentos. No Decreto 16 de 20/06/50, baixa as normas reguladoras das secções 5 e 6, liberando o loteador da infra-estrutura e exigindo apenas a locação e a abertura de vias e adiciona novas áreas ao traçado de Goiânia.

A explosão demográfica e de loteamentos, consequências dessa lei, provocam um crescimento desordenado e a ampliação da área urbana. O Estado perde o domínio, o controle e a mercantilização do solo para a iniciativa privada passa a dominar.

O Estado e o município passam a ter que arcar com a manutenção e ampliação da infra-estrutura o que provocou, desde então, os problemas de falta de estrutura urbana. Com o crescimento desordenado os órgãos públicos não tinham domínio para desencadear um planejamento acelerado e contínuo.

A aprovação e deflagração de vários loteamentos ocorreram em desarmonia ao projeto urbano inicial e sem a previsão de áreas verdes e bosques. Os proprietários dos

terrenos participavam do processo de parcelamento e vantagens sem qualquer preocupação e conhecimento do processo de urbanização.

2.2.4- Ampliação do espaço de 1950 a 1964- Plano Diretor 2

Após 1950, Goiânia sofre, por 20 anos, de crescimento acelerado, coincidindo com administrações que desatentadamente não atenderam as determinações do plano urbanístico. A especulação imobiliária e explosão demográfica pressionavam e acabaram contribuindo para que a cidade fosse desviada do seu direcionamento de desenvolvimento orgânico e harmonioso. Com isso, o seu processo de crescimento sofreu várias deformações e surgiu a necessidade de reformulação do processo de urbanização.

A cidade de Goiânia sofreu em seu traçado várias transformações devido a expansão e desenvolvimento acelerado, que se deram em função de uma cidade promissora para pessoas de outras cidades e Estados, abrigou muitos refugiados estrangeiros da 2ª Guerra Mundial e também oriundos da construção da cidade de Brasília. O planejamento não fora contínuo o suficiente para bloquear o aparecimento prematuro de problemas urbanos próprios dos grandes centros.

Vários fatores contribuíram para acelerar o crescimento da população que de 1960 a 1964 quase dobra, de 150 mil habitantes para 260 mil. Dentre eles podemos citar: A ferrovia em 1951, a política de interiorização de Vargas, a construção de

Brasília, a inauguração da Hidrelétrica de Rochedo proporcionando em 1955 a iluminação pública, a pavimentação da rodovia ligando Goiânia a São Paulo em 1959, a criação das Universidades Federal e Católica, a expansão da rede telefônica em 1962, a política desenvolvimentista de Pedro Ludovico e Juscelino Kubitschek para a região, o desenvolvimento agropecuário de Estado e o governo planejado de Mauro Borges.

Em 1959, o arquiteto e urbanista Luis Sola foi convidado pela prefeitura para desenvolver um Plano Diretor para Goiânia. O contrato foi feito com a Secretaria de Viação e Obras Públicas-SEVOP e exigia-se uma consulta coletiva, tanto dos órgãos públicos quanto da opinião pública. Uma equipe multidisciplinar foi montada com arquitetos, geólogos, urbanistas, agrimensores, sanitaristas e demógrafos.

O plano fez uma retrospectiva histórica e administrativa da cidade e identificou barreiras urbanas, de polarização e homogeneização da estrutura urbana. A cidade foi dividida em seis regiões, chamadas de compartimentos: Central, Campinas, Macambira, Dergo, Universitária e do Meia Ponte.

Cada compartimento foi tratado isoladamente, buscando soluções localizadas de zoneamento e uso do solo, mas ao mesmo tempo buscava-se as estruturas gerais, importantes para todas as regiões.

No plano houve propostas para abastecimento de água potável, sistema viário expresso, esgoto sanitário, estação ferroviária, aeroporto, penitenciária, sanatório, cemitério, indústrias, universidades, lazer e parques, centro comerciais, uso do solo e zoneamento.

No ano de 1961, através do Decreto Estadual nº 164, transfere-se para a prefeitura a competência quanto à urbanização, conservação da cidade e cadastro imobiliário.

A conclusão do plano aconteceu em 1962 e teve o seu fim com a Revolução de 1964. Entre 1959 e 1963 ficou proibido os loteamentos urbanos, deslocando o ramo imobiliário para loteamento de chácaras e sítios fora do perímetro urbano e para o processo de verticalização que não era normatizado.

2.2.5- Goiânia de 1964 a 1975 – Plano de desenvolvimento integrado (PGID)

No período de 64 a 75 Goiânia se firma como um centro comercial, administrativo, financeiro, populacional e principalmente de serviços. Este passou a ser o maior empregador de mão de obra e muitos trabalhadores atuavam na informalidade.

O setor industrial demonstrou um maior desenvolvimento nos anos 70, com o predomínio das pequenas e médias empresas. Goiânia em nenhum dos seus planos foi vista como um pólo industrial, as indústrias instaladas seriam para abastecimento da região e do Estado. A construção civil foi o ramo de maior crescimento desde a fundação e estava neste período em grande ascensão.

Em 1964 foi criado Banco Nacional de Habitação-BNH, o qual favoreceu a partir do ano de 67 a construção dos vários conjuntos habitacionais, bem como de vários

equipamentos de lazer, entre eles o Estádio Serra Dourada, o Autódromo e o Ginásio Rio Vermelho. A construção destes conjuntos tinha como principal objetivo impedir as invasões pelos migrantes e pela população de baixa renda que se instalava nas periferias.

Estes conjuntos eram aprovados diretamente pela COHAB, do Governo Estadual, junto com os agentes financeiros, que acabaram passando com custos elevados para os consumidores, tornando o sonho da casa própria em um verdadeiro pesadelo.

No final da década de 60 foi desenvolvido o Plano Integrado de Goiânia-PDIG, que veio para reestruturar a cidade. Este plano teve por objetivo retomar a tradição de planejamento, do qual sempre favoreceu a ambientação, a urbanização e a funcionalidade de Goiânia. A empresa Serete Engenharia foi contratada para a elaboração do Plano, com a participação do arquiteto e urbanista Jorge Wiheim.

No plano a paisagem urbana reunia todo o verde da cidade em cinco categorias: áreas lineares equipadas, áreas de bairros, parques municipais, áreas produtivas (hortas) e parque regional. Propunha a utilização dos fundos dos vales para um sistema verde linear e para recreação e cultura. Percebemos aqui que o documento apresenta uma visão equivocada das palavras recreação e cultura.

Foi feita uma pesquisa pela Empresa Serete com a população e constatou-se que na classe A 74% pertencia a alguma associação, na classe B, 64% e 6,1% na classe C. Numa outra questão, abordando a associação esportiva, na classe A, 38%

dos entrevistados pertenciam a alguma associação, na classe B, 33% e na classe C, 9,8%.

Na conclusão desta pesquisa foi constatado que havia um grau de isolamento social e falta de consciência de vida coletiva urbana. Para corrigir esta situação foram propostos “Centros de Tempo Livre”, instalados no verde linear. Uma outra abordagem feita foi que somente o poder público poderia melhorar as condições de vida da grande maioria da população, uma vez que a “Indústria da Diversão” não estava ao alcance financeiro de toda a população.

Os 25 clubes esportivos recreativos da iniciativa privada, existentes na época, cumpriam parte desta função para as classes A e B, no entanto as classes C e D não tinham alcance a estes clubes.

Havia também três áreas de equipamentos esportivos e recreativos públicos, construídos pelo Governo do Estado, que eram a Praça de Esporte no Setor Pedro Ludovico, Praça de Esportes da Vila Operária e Estádio Olímpico Pedro Ludovico. Esses locais eram frequentados pela população local, de todas as idades, durante toda semana, incluindo os finais de semana. Estas áreas são até hoje destinadas na prática de esportes para a população de baixa renda.

Em uma outra parte dessa pesquisa constatou-se que os indivíduos da classe A eram os que mais saíam da cidade procurando outro tipo de diversão e que a classe B e C ficavam mais na cidade e frequentavam o Horto, o parque e o Zoológico.

Foi proposta a criação de um parque infantil no verde da cabeceira do córrego Botafogo, onde de fato foi construído o Parque Mutirama. Cada setor deveria ter o seu parque infantil com no máximo 0,5 m² por habitante e um raio de atendimento de 800m.

Além disso, foi sugerida a criação de centros comunitários, com 2 m² por habitante, capazes de reunir atividades educacionais, artísticas e recreativas, facilitando a projeção plurivalente de instalações e equipamentos e a ampla utilização desses locais para todas as idades e níveis sócio-econômicos. Essa iniciativa seria também uma maneira de melhorar o convívio social.

Nas áreas dos bairros, foi estudada a possibilidade de aproveitamento de todos os terrenos públicos situados dentro da trama urbana, de acordo com a necessidade do bairro. O Setor Sul, com uma maior área pública poderia receber instalações e equipamentos recreativos, construção de teatros, auditórios e centros comunitários destinados a toda a população.

Nos parques municipais localizados nos fundos de vale, foi proposta a criação de instalações de sanitários, lanchonetes, teatros de arena, áreas de pique-nique, estacionamentos, pequenos zoológicos, entre outras, preservando a paisagem natural.

A criação do Parque Regional, com aproximadamente 100 ha, foi prevista próxima a BR 153, onde também poderia ser instalada uma feira agropecuária.

O estudo do plano terminou em 1968 e propunha quatro “leis-tampão”, destinadas a preservar a cidade contra a especulação imobiliária enquanto era

elaborado o PDIG. A primeira lei obrigava a construção de garagens nos edifícios do centro; a segunda suspendia a aprovação do loteamento de terras até a aprovação da lei de parcelamento; a terceira a construção no fundo dos vales e a quarta a proibição da construção às margens da Rodovia Br 153.

Em 1971, foi aprovado um novo Plano Diretor, através da Lei nº 4526 de 31/12/71, normatizando loteamentos e obrigando a iniciativa privada a oferecer estrutura básica para a habitação, obedecer ao perímetro urbano, apresentar projetos de ocupação e preservar áreas ambientais. De 1971 a 1991 somente dois loteamentos foram aprovados, intensificando a verticalização e a fragmentação da cidade, onde cada construção era destinada para uma determinada classe de acordo com a sua renda.

2.2.6 - Expansão urbana de 1975 A 1990

A Lei 5.019 de 08/10/75, baseada no projeto do arquiteto Jaime Lerner, altera o dispositivo da Lei que instituía o zoneamento no PGID de 68, estabelecendo uma nova legislação de zoneamento e uso do solo, estrutura viária e a criação do Instituto de Planejamento Municipal-IPLAN.

A equipe de Lerner apresentou dois outros projetos: um sobre o Sistema Integrado de Transporte de Massa e um Plano de Recreação. Este plano propunha preservar as áreas verdes, criar espaços organizados de recreação, revitalizar os

setores tradicionais da área central, Campinas e praça universitária, além de restaurar as edificações históricas como o Teatro Goiânia e o Estádio Pedro Ludovico. Este plano contemplava a animação da cidade, através da descentralização da cultura, o desenvolvimento da criatividade, das artes e da cultura popular.

Goiânia teve nos anos 80 um dos períodos de maior crescimento populacional e desordenado. Com a lei de loteamento do PGID de 71, normatizando os loteamentos, fez com que a classe de menor renda fosse buscar alternativas de moradia, surgindo assim os loteamentos nas cidades vizinhas, transferindo os problemas de Goiânia para os outros municípios. Neste período Goiânia teve o aumento das áreas de posse em locais fora da área de planejamento, com o crescimento de invasões pela população excluída do processo de urbanização da cidade.

O Governo Federal neste período aplicou importantes recursos em Goiânia, que foram utilizados para melhoria do transporte urbano e da infra-estrutura, contribuindo assim para maior expansão da construção civil e geração de mais empregos.

O prefeito em 1979 apresentou as Diretrizes do seu governo, onde fixava dez políticas para administrar a cidade: serviços públicos; meio ambiente natural e construído; circulação e transportes; lazer e esporte; bem-estar social; política institucional, financeira e fiscal; participação pública; articulação intergovernamental e apoio às atividades econômicas.

O arquiteto Lobomir Ficinsky foi contratado para elaborar o plano de Diretrizes Básicas para o Planejamento, baseados nos estudos desenvolvidos pelo INDUR – Instituto de Desenvolvimento Urbano sobre a expansão urbana de Goiânia.

Em 1981 foi construído o Shopping Center Flamboyant que marcou a cidade em vários aspectos: urbanização e valorização do Jardim Goiás, opção de lazer para a classe média/alta e chegada de grandes lojas nacionais. Nesta mesma década foram construídos o Shopping Bougainville e o Hipermercado Carrefour.

Com o novo prefeito eleito em 82, o quadro político-ideológico sofreu alterações profundas, abandonando-se a postura dos planos intra-urbanos, coincidindo com igual medida por parte do Governo Estadual. Nesse período foram favorecidas obras de impacto e de visibilidade. Projetos populares e de grande retorno político foram adotados, como no caso dos mutirões para a construção de mil casas populares em um único dia, divulgados e noticiados nacionalmente.

O crescimento populacional da Região Noroeste da cidade foi maior neste período, onde os loteamentos irregulares, surgidos como assentamentos através do Governo Estadual, sem respeito ao plano municipal, gerou uma das regiões com o maior número de problemas sociais.(MATTOS, 2001)

O Iplan, órgão criado para gerenciar a cidade, tornou-se impotente diante da falta de autonomia da prefeitura municipal onde o Estado assumiu o papel de grande controlador das funções básicas como transporte, saneamento, energia elétrica,

habitação popular, entre outras. Sua função, portanto, passou a ser mais reativa aos problemas imediatos e de curto prazo.

Com a Constituição de 1988 e a promulgação da Lei Orgânica do Município de 1990, deu-se o início das discussões sobre um novo plano de desenvolvimento para a cidade.

2.2.7- Lei Orgânica de 1990

A Lei Orgânica do município foi aprovada em 05 de abril de 1990 tendo como objetivo construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento municipal, com o apoio do Estado e da União; erradicar a pobreza, a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No artigo 50, prevê o planejamento das atividades do Governo Municipal obedecendo às diretrizes desta lei e dos instrumentos do Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

Lazer e esportes são mencionados na lei em algumas seções tanto de forma direta quanto indireta como apresentado a seguir:

a) No capítulo I, dos direitos individuais, coletivos e sociais, no Artigo 4º, garante como direito social a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência e a assistência aos desamparados.

b) Entre as várias competências dadas ao município, no capítulo II, no item XXVII, cabe-lhe a promover e incentivar o turismo local, como fator de desenvolvimento econômico e social.

c) No mesmo capítulo, das competências em comum com o Estado e com a União nos itens V, VI e VII, obriga a proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as áreas ecológicas, a fauna e a flora do município.

d) No Artigo 48, do Capítulo VI, do Planejamento Municipal, diz que o mesmo deverá orientar-se por vários princípios básicos e dentre eles, no item VI e VII, pela preservação e recuperação dos espaços públicos da cidade e de seus logradouros, bem como a promoção e o desenvolvimento da função social da cidade, do espaço urbano e do uso do solo.

e) Na Subseção I, Artigo 63, das atribuições da Câmara Municipal, compete dispor, mediante lei, sobre as matérias de competência do município, assuntos de interesse local, dentre elas: à abertura de meios de acesso à cultura, educação e ciência e às políticas públicas.

f) No título VI, capítulo II da política de desenvolvimento, na Seção III do Turismo, Artigo 155, propõe ao município promover o incremento e o incentivo do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico, protegendo o patrimônio ambiental e da responsabilidade por dano ao meio ambiente a bens de valor artístico, histórico, cultural, turístico e paisagístico.

g) Nas disposições transitórias, o Artigo 5º passa a área delimitada pela Alameda das Rosas e Avenida Anhanguera e que abriga o Parque Zoológico, em área de reserva ecológica, de necessária preservação. No Artigo 8º cria um Parque Municipal entre o Parque Ateneu e o Jardim Marilizia, com a finalidade de preservação ambiental e assegurar o lazer para a comunidade. No Artigo 9º fica criado o Parque Botafogo, com a finalidade de recuperar e preservar os elementos naturais naquele espaço e garantir o lazer.

h) No título VII, capítulo III da educação, da cultura e do desporto, na Seção II da Cultura, Artigos 260 a 262, propõe ao município garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura, apoiar e difundir as manifestações culturais, incentivar o aperfeiçoamento de profissionais, criar centros culturais, incentivar o intercâmbio cultural, entre outras medidas.

i) No título VII, capítulo III da educação, da cultura e do desporto, na Seção III do Desporto e do Lazer, Artigo 263 a 264, indica caber ao município proporcionar meios de recreação sadia e construtiva à comunidade, mediante: reserva de espaços verde e livres, em forma de parques, jardins, bosques e assemelhados; construção de

equipamentos de parques infantis e centros comunitários e aproveitamento dos espaços naturais. Garante as atividades físicas sistematizadas, os jogos recreativos e os desportos nas várias modalidades como dever do município e do Estado, priorizando o desporto educacional e do deficiente. Inclui ainda a criação e manutenção de espaços próprios para a prática desportiva, incentivo à pesquisa no campo da educação física, desporto e lazer e organização de programas para adultos e idosos.

j) No artigo 265 diz que os serviços municipais de esportes e recreação serão articulados entre si com as atividades culturais, visando à implantação e ao desenvolvimento do turismo.

Percebemos que não há um entendimento, por parte dos articuladores desta Lei referente ao fenômeno lazer enquanto direito do cidadão. Ele é pensado quase que exclusivamente na perspectiva da predominância do conteúdo físico-esportivo. No artigo 265, onde aparece os conteúdos turísticos e artísticos a preocupação é o desenvolvimento econômico da região e de implementar o turismo de outras pessoas e não o da própria população.

2.2.8-PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - TERCEIRO PLANO DIRETOR

Em 1992, foi aprovado o Plano Diretor de Goiânia, que estabeleceu políticas associadas a regulamentos urbanísticos. A meta principal foi elevar o padrão de qualidade de vida e implementar o conceito de cidade ecologicamente correta.

As premissas adotadas para o plano foram socioeconômicas que continham os aspectos demográficos, as atividades econômicas, habitação e relação com municípios vizinhos; estrutura urbana com elementos relacionados à centralidade da aglomeração, densidade demográfica, eixos viários, equipamentos urbanos e aspectos ambientais.

Embora o lazer não apareça especificado nesse documento, o mesmo encontra-se contido em várias partes do plano. No item “Grandes Equipamentos” estão relacionados alguns espaços urbanos relativos ao lazer. Foram considerados os equipamentos instalados, de caráter público ou privado, disseminados na malha urbana em cuja apresentação encontra-se divididos em instalados e previstos e em categorias de acordo com o grau de inteveniência no espaço urbano.

A seguir apresentamos, elementos ligados ao lazer no referido documento:

1. Grandes equipamentos indutores de atividades complementares, de envolvimento regional, com alta capacidade de atração dos pedestres, veículos particulares, coletivos e de carga, com possibilidade de impulsionar um intenso crescimento em seu raio de abrangência:

1.1 Existentes:

Shopping Center Flamboyant, Hipermercado Carrefour, Fórum, Aeroporto Santa Genoveva, Complexo Administrativo da Praça Cívica, Terminal Rodoviário, Hospital de Urgências e Hospital Santa Casa de Misericórdia de Goiânia.

1.2 Previstos:

Centro Administrativo Municipal

2. Grandes equipamentos indutores de atividades em menor escala, de envolvimento regional, com interesses específicos, com capacidade geradora de eventuais fluxos de veículos particulares e coletivos, pequeno fluxo de pedestres, frágil crescimento em seu raio de abrangência:

2.1 Existentes:

Autódromo, Cartódromo, Hipódromo, Estádio Serra Dourada, Ginásio rio Vermelho, Centro Popular de Abastecimento e Lazer (Cepal) do Setor Sul e do Jardim América e Cemitérios Parque, Jardim das Palmeiras e Santana.

2.2 Previstos:

Cepal no Parque Amazônia, Campinas, Jardim Novo Mundo, Setor Sudoeste e Cidade Jardim, Cemitério Parque Memorial de Goiânia, Centro de Convenções e Feira Permanente de Eventos.

3. Grandes equipamentos de envolvimento regional, com capacidade de fluxos de veículos particulares, coletivos e de pedestres, frágil crescimento em seu raio de abrangência, voltados para as atividades de lazer regional e de atividades educativas:

- 3.1 Existentes:

Parque Zoológico, Parque dos Buritis e Mutirama.

- 3.2 Previstos:

Parque da Criança, Parque Ecológico de Goiânia e Parque dos Ipês.

No item “recuperação, controle e preservação do meio ambiente” objetivou ações de caráter público e privado, visando a revitalização e proteção do patrimônio ambiental, natural e construído. Como sub-programas foram previstos a instituição do sistema ambiental da administração municipal, reprodução de áreas verdes, revigoramento paisagístico, educação ambiental, controle das condições geológicas, tratamento final dos resíduos sólidos urbanos, controle das condições atmosféricas e revitalização da prática esportiva e do lazer, que objetivava intensificar a oferta de equipamentos que viabilizassem suprir a carência da população.

No programa de incremento ao turismo foi previsto como principal programa uma estrutura integrada de suporte que fosse capaz de motivar a capacitação de interesses turísticos e como sub-programas foram eleitos o fomento das atividades artesanais com possibilidade de gerar emprego e renda e a estruturação de eventos para proporcionar

novos espaços de comercialização e criação de novas formas de lazer e entretenimento, ponto de encontro e de divulgação dos valores artísticos e culturais.

Nesta pesquisa sobre o planejamento de Goiânia, percebemos uma preocupação com a vida urbana dos habitantes, pelo menos enquanto proposta, visualizando um levantamento dos problemas e necessidades da cidade de forma bastante ampla, porém não demonstrando a mesma preocupação quanto à participação da população na elaboração, execução e avaliação dos projetos.

CAPÍTULO III

O LAZER EM GOIÂNIA: CONTEXTO PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA SETORIAL

1- Diagnóstico da política de lazer em Goiânia

Analisando como as experiências de lazer ocorrem em Goiânia, foi possível constatar que ainda está bem distante a integração entre “teoria” e “prática”. Não existe uma “política de lazer” explícita e documentada. Faltam planos de caráter contínuo e com seguimento de processos. Além disso, faz-se necessário aumentar a capacidade técnica e organizativa da administração do lazer público com profissionais competentes e comprometidos, pois muitos cargos são “leiloados” durante as campanhas políticas como “moeda” de troca e não em razão da competência profissional e técnica.

Neste capítulo, propomos analisar o confronto entre a teorização do lazer, os efeitos da urbanização sobre a situação do espaço de lazer de Goiânia e a visão administrativa no planejamento destes espaços, buscando subsídios para a elaboração dos próximos planos de desenvolvimento urbano e na elaboração das políticas setoriais de lazer.

1.1 - Tempo

De acordo com dados fornecidos pela Federação do Comércio e Federação das Indústrias do Estado de Goiás praticamente não existem empresas em Goiânia que atuam com flexibilização de horários da jornada de trabalho para os seus trabalhadores. Quando isto ocorre, geralmente são para cargos administrativos e de posições mais elevadas nas empresas, ou seja, prejudicando mais uma vez as classes de menor poder aquisitivo.

O que se pode perceber da conscientização dos empresários em relação ao lazer é o entendimento de que é uma necessidade do ser humano e que pode gerar um desenvolvimento social. A partir deste pressuposto compreendem que, como consequência, o trabalhador estará mais disposto, saudável e, muito provavelmente, mais produtivo, gerando mais lucros e benefícios para as suas empresas. Hoje, em várias empresas de Goiânia são implantados espaços específicos de lazer como quadras, campos, salão de jogos, sala de tv e vídeo e salas de ginástica e programas de ginástica laboral, festivais culturais, entre outros, que acabam sendo entendidos pelos trabalhadores como benefício extra, pois não encontram ou não tem acesso a estas possibilidades fora da empresa. Como se observa, trata-se de políticas geridas não a partir das necessidades dos trabalhadores, mas sim, das necessidades do poder econômico e do capital.

Goiânia rapidamente ultrapassou a população planejada e o seu sistema viário, mesmo com a previsão de ruas largas, não tem sido suficiente para atender os deslocamentos da população, sofrendo modificações necessárias para a sua reorganização.

No planejamento urbano, as questões relativas ao transporte e sistema viário, ao que parece, tem somente a finalidade de facilitar o acesso das pessoas para o trabalho e suas habitações, não demonstrando a mesma preocupação para o lazer. Nos finais de semana, onde a população tem mais tempo, a circulação de ônibus é reduzida e a grande maioria cessando os serviços à meia-noite, confinando a população em suas residências.

Nas figuras 6 e 7 podemos verificar a localização das residências da população goianiense de acordo com a renda mensal e na Figura 8 a localização dos equipamentos de lazer públicos e privados. Observamos que a maioria dos equipamentos específicos de lazer encontra-se na região central e mais próximos das residências da população de classe média alta. Torna-se necessário uma política para facilitar o acesso de toda a população a estes equipamentos e espaços de lazer.

Não somente a periferia sofre com os problemas estruturais, mas toda a cidade, principalmente em relação a circulação e transporte. A maioria da população mora distante do local de trabalho, causando dificuldades no deslocamento, gastos com transporte, problemas no trânsito e, como consequência, a diminuição do tempo livre.

Figura 6- Mapa da cidade de Goiânia demonstrando os bairros onde a população de baixa renda vive



SETORES	RENDA MÉDIA (EM R\$/MÊS)	SETORES	RENDA MÉDIA (EM R\$/MÊS)
1 São Domingos	306	12 Maria Dilce	511
2 Jardim Primavera	341	13 Jardim Novo Mundo	535
3 Parque Bom Jesus	364	14 Parque Santa Rita	569
4 Baliza-Itaipu	375	15 Santo Hilário	573
5 Vila Pedroso	383	16 Chácaras São Joaquim	583
6 Mutirão		17 Vila Regina	
7 Curitiba	391	18 Santos Dumont	600
8 Finsocial	420	19 Capuava	610
9 Vila Rizzo	436	20 Jardim Guanabara	612
10 Caravelas	454	21 Balneário Meia Ponte	629
11 Cândida de Moraes			

Fonte: Censo do IBGE

Figura 7- Mapa da cidade de Goiânia demonstrando os bairros onde a população de classe média alta vive



SETORES	RENDA MÉDIA (EM R\$/MÊS)	SETORES	RENDA MÉDIA (EM R\$/MÊS)
1 Marista	4.331	12 Goiânia 2	1.874
2 Oeste	4.126	13 Santa Genoveva	1.057
3 Bueno	3.576	14 Pedro Ludovico	
4 Nova Suíça	3.242	15 Bela Vista	1.593
5 Aldeia do Vale	3.411	16 Jardim América	1.411
6 Jaó	3.216	17 Coimbra	1.386
7 Sul	2.983	18 Leste Universitário	1.277
8 Aeroporto	2.562	19 Sudoeste	1.147
9 Jardim Goiás	2.297	20 Bairro Feliz	1.044
10 Jardim Atlântico	1.981	21 Campinas	1.055
11 Centro	1.926		

Fonte: Censo do IBGE

Em Goiânia, para que haja uma política de lazer eficaz, é necessário um estudo criterioso do processo de urbanização e seus reflexos na ordenação dos espaços e da dinâmica sócio-cultural para que os efeitos possam ser reestruturados visando a garantia de maior e melhor utilização do tempo livre pela população.

Há alguns anos, tem-se realizado uma política para manter as ruas e praças com uma paisagem bem cuidada, proporcionando momentos de contemplação e de encontro. A construção de fontes, bancos nas praças, jardins floridos e arborização têm feito de Goiânia uma referência nacional em paisagismo urbano. Na Figura 9, podemos conferir um exemplo desta iniciativa.

Figura 9 - Praça situada entre o Bosque dos Buritis e a Praça Cívica, um exemplo de paisagismo ambiental em Goiânia, proporcionando momentos de contemplação para os habitantes.



No início da implantação dessas áreas urbanizadas, a prefeitura foi muito questionada por vários segmentos da população os quais consideravam um investimento alto para algo que julgavam não ser uma necessidade tão premente. Hoje, com uma maior consciência ambientalista e um entendimento que estas iniciativas são importantes para a qualidade de vida, a população aprova a continuidade desse trabalho e ainda exige uma ampliação para as demais regiões da cidade, uma vez que há o predomínio dessas benfeitorias na região central e bairros nobres.

Portanto, aos municípios cabe a utilização da criatividade e do conhecimento para a reordenação do espaço para a ampliação do tempo e fruição do lazer através de medidas que possam resultar na melhoria do bem-estar do indivíduo e, conseqüentemente, uma maior valorização do seu espaço urbano.

1.2 - Espaço:

De modo geral, podemos afirmar que a dinâmica de ordenação dos espaços urbanos de Goiânia não é muito diferente dos resultados observados em outras cidades brasileiras, planejadas ou não, e até mesmo comparando com cidades de outros países que passaram pelos fenômenos paralelos de industrialização e urbanização, gerando alguns resultados satisfatórios e outros desastrosos para a população e a cidade.

O lazer dentro dos planejamentos urbanos de Goiânia se manifestou dentro de uma política geral criando espaços como teatros, centros esportivos, parques e bibliotecas, entretanto sem uma consciência social da real necessidade sócio-cultural da população e da importância do lazer, mas muito mais no sentido de acompanhar as tendências arquitetônicas e de infra-estruturas de outras metrópoles.

Na busca de um êxito de ocupação utilitária dos espaços urbanos de Goiânia percebeu-se, como resultante, um prejuízo para os espaços de lazer, pois desdobraram correntes de idéias e valores contraditórios sobre o estabelecimento dos espaços para a habitação, educação, circulação, trabalho e lazer, além da própria cidade gerar uma dinâmica própria de ordenação, conflitantes com os diversos interesses, mesmo com mecanismos de auto-regulação.

À medida que Goiânia foi se desenvolvendo, a ocupação do solo foi-se desdobrando em especulação imobiliária, reduzindo o espaço em mera mercadoria, provocando a degradação contínua do meio ambiente e criando aglomerados urbanos.

Entre as idealizações dos urbanistas e planejadores e a prática urbana real houve uma longa distância, mesmo com um plano diretor constituído e aprovado. O setor público configurou-se de parceiro, tornando-se ou fazendo-se omissos ao cumprimento de sua própria legislação.

O poder público, mesmo com a função reguladora e normativa das necessidades sociais, tornou-se uma administração aliada às necessidades de produção e dos interesses do setor privado, desmerecendo a sua própria legislação em função do poder e de interesses particulares.

Neste processo de alterações do uso do solo, a população oriunda de outras cidades e de zonas rurais também se tornou omissa ao processo de ocupação, uma vez que esta tinha como objetivo a própria sobrevivência, sem uma preocupação coletiva do futuro urbanístico de sua própria cidade e do bem-estar de toda a população. A sensibilidade social da população, em termos de participação na vida urbana, era ainda imatura, desestruturada e desvinculada, onde considerava o seu êxito urbano o simples fato de obter emprego e moradia, e desta forma, facilitando mais uma vez a ação do poder público em favor da iniciativa privada.

Os idealizadores de Goiânia detiveram-se em planejar uma cidade para 50.000 habitantes e à medida que esta população crescesse, novas cidades satélites deveriam ter sido planejadas, criando um novo direcionamento de seu espaço. Este crescimento foi tão rápido, conforme os dados apresentados pelo Censo do ano de 1950, que já indicava uma população de 53.389 habitantes, ultrapassando os índices previstos.

Com este crescimento acelerado, o poder público não conseguiu acompanhar e reagir, tanto pela incapacidade de uma visão futura, quanto pela falta de recursos dos cofres públicos para arcarem com os investimentos de infra-estrutura.

O mercado imobiliário especulativo gerou uma supervalorização das áreas planejadas, resultando a ida da população de baixo poder aquisitivo e a que migrava de outras cidades, para estas áreas periféricas, carentes de serviços básicos e de equipamentos sociais, causando reações negativas do poder público, que passou a ter a incubência de minimizar o caos urbano.

A verticalização da cidade nos anos 70 criou um aumento da densidade populacional, gerando repercussões sociais, igualmente negativas, como a dificuldade de circulação e acesso, escassez dos chamados espaços vazios e áreas verdes e o descontrole no fornecimento de alguns serviços essenciais como energia e saneamento básico.

Para melhorar os problemas do trânsito, áreas verdes que deveriam ter sido preservadas foram extintas para a construção de vias públicas, mas, em contrapartida, prejudicando a ocupação destes espaços para o lazer e colocando o espaço público de lazer a um segundo plano, com a preocupação de tornar este espaço utilitário e produtivo.

Um exemplo é a construção da Marginal Botafogo, uma via de trânsito construída às margens do córrego canalizado, “morto” por falta de ações sanitárias de tratamento do esgoto, lançado a céu aberto e sem fiscalização. A necessidade da construção de uma via pública que pudesse dar acesso com mais rapidez e facilidade era uma realidade, porém causou grandes impactos ambientais e que não foram discutidos com ambientalistas, urbanistas e com a população, destruindo matas ciliares, áreas verdes e parte de uma área destinada ao lazer.

Figura 10: Marginal e Parque Botafogo um exemplo de destruição de áreas verdes.



A extinção e a redução das áreas verdes e espaços vazios foi inevitável, passando dos iniciais 32,5 m² de parque por habitante para em torno de 1 m² nos dias de hoje, relegando toda uma problemática do espaço de lazer para um segundo plano, resultante da concepção do espaço urbano como utilitário, ignorando o lazer como uma função social.

A iniciativa privada não teve a mesma concepção e percebeu a tendência e necessidade mundial emergente do lazer passando a investir em equipamentos e serviços, tais como: clubes, cinemas, shoppings, bares, emissoras de rádio e televisão.

No início, devido ao contínuo crescimento quantitativo da população, estes equipamentos tinham uma capacidade de oferta reduzida, tornando-os práticas elitistas, onde somente a chamada “sociedade goianiense” tinha o privilégio de usufruir.

No plano inicial, o espaço de lazer foi tratado de forma mais ampla. Porém, com as medidas adotadas durante os vários anos, as quais diminuíram estes espaços, os planos seguintes e a Lei Orgânica enfatizaram principalmente o aspecto “equipamento” e, mesmo assim, de forma restrita, contemplando apenas a parte mais central da cidade com a infra-estrutura básica de lazer.

Os equipamentos de lazer são, na sua maioria, os que atendem os interesses físicos-esportivos, obedecendo, via de regra, aos padrões dos esportes mais populares e de grupos específicos. Estes tipos de equipamentos privilegiam parte da população, nem sempre levando em conta o gênero, a faixa etária, o acesso, a localização e a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, tanto durante a construção quanto na programação de atividades.

Goiânia, ao longo destes anos, teve um desenvolvimento urbano desigual em consequência de interesses desassociados e relações de conflito entre o poder público e população, favorecendo práticas de especulação e poder.

Percebemos que em todos os planos e leis não foram dados destaques às questões ligadas à animação sócio-cultural, demonstrando desconhecimento e uma estagnação em relação à implementação de uma política setorial de lazer, restringindo-a a uma simples construção de espaços e equipamentos.

1.3- Animação sócio-cultural

1.3.1 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Goiânia, na maioria das vezes, teve no cargo de secretário dirigentes que voltaram as suas ações para o esporte de rendimento, ruas de lazer e construção de equipamentos específicos, tanto nas áreas centrais como nas periféricas.

Esta secretaria sempre atuou desvinculada de outras secretarias, tais como de cultura, turismo e meio ambiente, tanto na esfera municipal quanto na estadual, oferecendo, na maioria das vezes, um cardápio de atividades desconectadas e sem preocupar-se com o interesse público.

A atual administração da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer é constituída por 11 profissionais, entre eles o Secretário, Chefe de Gabinete, a Assessoria de Planejamento e três Departamentos: Lazer, Esporte e Administrativo. Na execução direta das experiências de lazer, conta-se atualmente com um grupo constituído de cerca de 200 funcionários entre acadêmicos de Educação Física, professores e educadores populares (voluntários).

A maioria dos profissionais de Educação Física que atuam nessa secretaria é através de contratos especiais, ou seja, a cada gestão estes são alterados, desfavorecendo a continuidade de projetos e a manutenção de técnicos com conhecimento e experiência. Um outro agravante é a baixa remuneração que é paga, atraindo na maioria dos casos profissionais com pouca experiência ou aqueles que

estão desatualizados, que não conseguem vaga para exercer a profissão na iniciativa privada e/ou não foram aprovados em concurso público.

Uma possível solução para este desafio seria uma revisão orçamentária e consequente distribuição de recursos, corrigindo as distorções existentes. O concurso público pode também ser uma alternativa para compor os quadros de recursos humanos com mão de obra qualificada a médio e longo prazos, possibilitando a continuidade dos projetos bem sucedidos, independente das mudanças políticas. As consequências da alta rotatividade da mão de obra em todas as secretarias acarretam uma queda da qualidade dos serviços prestados e a interrupção dos projetos.

Uma das propostas de intervenção desta secretaria é de atuar nas áreas periféricas, levando experiências lúdicas para a população mais carente, através da solicitação da própria comunidade, e contando com a sua atuação como voluntária na realização. A secretaria parece ter o entendimento de participação da comunidade, apenas na gestão conjunta da execução, pois as atividades propostas nas chamadas “ruas de lazer”, já são pré-programadas, bem como o material distribuído em forma de Kits com os mesmos itens e quantidade para qualquer atendimento.

Se nesse tipo de intervenção há vantagens ao se otimizar equipamentos tanto específicos ou não específicos de lazer nos finais de semana nas escolas, praças, ruas, entre outros, a distribuição de Kits, por exemplo, se contrapõem ao entendimento mais amplo do lazer, considerando-se diferenças culturais, econômicas e sociais de cada comunidade.

No calendário de atividades percebe-se a tendência para as práticas físico-esportivas, principalmente para competições e torneios de esportes especializados. O

projeto “Caminhando com Saúde”, com atividades diárias monitoradas por professores e estagiários de Educação Física nos parques públicos, e o projeto de iniciação esportiva, desenvolvido em bairros mais carentes e periféricos da cidade, são os projetos de maior relevância dessa secretaria, pois conseguem mobilizar pessoas de várias idades e classes sociais.

Percebe-se uma proposta de animação sócio-cultural restrita no campo físico-esportivo, necessitando explorar um conhecimento e prática mais amplos para que o lazer seja objeto e veículo de educação nas mais variadas experiências e conteúdos culturais do lazer na cidade.

Nos programas apresentados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer percebe-se uma redução do conceito de lazer como recurso compensatório do trabalho e do stress do dia-a-dia, concebendo-o tão somente como uma diversão, sem uma preocupação de democratização cultural e de contribuir para a inclusão e redução das injustiças sociais através de um esforço coletivo, tendo a ludicidade como eixo principal.

1.3.2 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Não diferente das outras secretarias, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente atua de forma desintegrada e com projetos específicos. Tem como meta a promoção da gestão ambiental, a conservação, a preservação e recuperação dos recursos naturais, com vista na melhoria da qualidade de vida em Goiânia. Seus principais objetivos são a educação ambiental, o controle e a conservação ambiental e dos recursos naturais.

Na década de 90, esta Secretaria foi a que mais demonstrou e atuou na necessidade de preservação e proteção contra invasões das áreas públicas e, principalmente, das áreas verdes, buscando garantir a preservação e a implantação de equipamentos para o lazer e outras atividades de interesses coletivos. Através de verbas federais, estaduais e da iniciativa privada, temos como exemplo a reestruturação do Parque Areião, do Bosque dos Buritis, do Parque Botafogo e da criação do Parque Vaca Brava. Estes parques encontram-se localizados em regiões nobres e centrais, favorecendo a população de alto e médio poder aquisitivo. Espera-se que nos próximos anos, novos parques em outras regiões da cidade sejam preservados para um alcance maior da população.

Tanto os parques quanto muitos outros equipamentos, foram construídos sem o devido planejamento, tendo uma manutenção deficiente e sem que se identifique quem seriam os animadores culturais destes locais. O Cepal – “Centro de Abastecimento e Lazer” é um bom exemplo do que foi citado acima. Criado para ser utilizado por feiras livres durante alguns dias da semana e, nos demais horários, para a prática de experiências de lazer, em função da construção de um espaço de múltiplo uso,

observa-se que ainda falta a devida manutenção, alocação de materiais específicos de lazer e a presença de recursos humanos especializados. Hoje estes espaços estão praticamente reduzidos ao uso dos feirantes.

1.3.3 - Secretaria Municipal de Turismo

A Secretaria Municipal de Turismo foi criada em 1997 tendo como objetivo o desenvolvimento do turismo sustentável dos potenciais turísticos de Goiânia. Sua estrutura atual é composta por um secretário, Chefe de Gabinete, Diretoria Administrativa, Diretoria de Promoção e Incentivo ao Turismo e Assessoria de Planejamento. Não conta com outros profissionais fixos, sendo que são oferecidas vagas de estágios remunerados através de convênios estabelecidos com as faculdades de turismo.

As parcerias com as universidades são feitas muito mais pela utilização da mão de obra especializada de baixo custo, do que pela busca da interação entre o conhecimento e a prática. Se para os universitários é uma excelente oportunidade para ampliar os seus conhecimentos, para a Secretaria torna-se um problema pois não gera comprometimento e os projetos e experiências desenvolvidas não conseguem grandes avanços, pela mudança frequente de profissionais e pelo gasto excessivo com treinamento de pessoal.

A sua atuação maior tem sido na captação de médios e grandes eventos para promover e divulgar a cidade. Para maior êxito, tem atuado em parceria com vários órgãos estaduais, organizações não governamentais, iniciativa privada e faculdades. Ao mesmo tempo que se busca parcerias com outros órgãos externos, não há a mesma iniciativa para com as outras secretarias municipais buscando uma integração interna.

Não foram encontrados projetos que se preocupem com o turismo interno, ou seja, da população residente na cidade. Os projetos realizados viabilizam muito mais o turismo receptivo, para a população de outras regiões, dentro do enfoque do mercado, enquanto que a qualidade de vida da população local nem sempre é levada em consideração.

1.3.4- Secretaria Municipal de Cultura

A Secretaria Municipal de Cultura, em termos de estrutura, é a que possui mais departamentos. O Departamento de Políticas e Eventos Culturais é responsável pelas Bibliotecas Cora Coralina e Marieta Teles Machado, pelo Museu de Arte de Goiânia e pela Divisão de Patrimônio Histórico. O Departamento de Musicalidade atua com a Divisão de Bandas e Fanfarras. O Centro Livre de Artes é dividido em Artes Cênicas e Visuais, Artes Plásticas e Artes Musicais.

A diversificação das experiências culturais é um dos pontos positivos. São promovidos eventos musicais, de dança, semana do cinema, lançamento de livros, festivais, circuitos comunitários, festas folclóricas e tradicionais, entre outros. A preocupação com a formação de agentes culturais é outro ponto forte a ser ressaltado,

pois faz com que estes atuem com profissionalismo produzindo experiências artísticas com qualidade.

Um outro objetivo desta secretaria é de coordenar os projetos apresentados através da lei de incentivo municipal, que é muito importante para os artistas poderem subsidiar a produção e difusão de seus trabalhos: cds, peças de teatro, exposições, shows, entre outros. O governo, desta forma, age conforme as leis de mercado, transferindo a sua missão de planejar, executar e avaliar, e passa apenas a fiscalizar.

Um projeto que tem tido uma boa participação popular e que vem acontecendo anualmente é o Projeto Luzes de Natal. É um concurso onde as empresas e residências decoram as suas fachadas, no mês de dezembro, com motivos natalinos, e as vencedoras são isentas da taxa de IPTU do próximo ano. É uma excelente iniciativa da prefeitura porque faz com que a população possa valorizar mais o seu espaço e a cidade, criar uma nova opção de lazer familiar e gerar o turismo interno e externo.

Nessa breve exposição sobre as secretarias que atuam direta ou indiretamente com a oferta de serviços de lazer, observa-se a necessidade de se estreitar o relacionamento entre elas bem como com a universidade, procurando realizar atividades que possam gerar conhecimentos e discussões enfocando o lazer, diferentemente do lazer tão somente ligado aos padrões do mercado consumidor e da indústria cultural. Isso ocorrendo, contribuirão para a formação contínua de profissionais mais críticos, que conheçam a realidade e que possam contribuir para a construção de novas competências, respeitando a identidade cultural e social da comunidade.

2- Participação popular, orçamento participativo e a questão do lazer na cidade de Goiânia

O orçamento participativo é uma das ações da atual administração municipal da Prefeitura de Goiânia (2000-2004). A cidade foi dividida em 11 regiões, que foram subdivididas em 51 microrregiões. A implementação do orçamento participativo é coordenada por três secretarias: de Governo, de Planejamento e de Ação Integrada.

As regiões foram divididas acompanhando a divisão geográfica estabelecida pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), da seguinte forma: Região Central, Campinas, Norte, Leste, Sudeste, Sul, Sudoeste, Oeste, Noroeste, Mendanha e Região Vale do Meia Ponte. Considerando ainda a existência de aspectos diferenciados dentro de uma mesma região e visando facilitar a participação de toda a população no processo do orçamento participativo, as regiões foram subdivididas, criando-se as microrregiões.

A metodologia utilizada no orçamento participativo consiste em uma preparação interna da prefeitura, quando são realizados seminários e debates com todos os órgãos e secretarias municipais e escolhidos os técnicos que deverão fazer parte das equipes de planejamento destes órgãos. Cada órgão define planos e metas, assim como as políticas públicas a serem implementadas pela prefeitura municipal, os quais são apresentados e discutidos nas plenárias temáticas.

Num segundo momento são realizadas as reuniões preparatórias com os setores organizados da sociedade, visando compartilhar conhecimentos, tirar dúvidas e obter um melhor entendimento e aceitação da proposta do orçamento participativo.

Após estas plenárias são realizadas assembleias gerais por microrregiões onde são eleitos os delegados para compor o Fórum de Delegados de cada região, que serão responsáveis pelo levantamento das demandas prioritárias dos bairros participantes.

Constituídos os fóruns de delegados de cada região, passa-se ao trabalho de análise das demandas previamente levantadas, realizando a discussão e compatibilização entre os recursos orçamentários previstos e as prioridades elencadas pela comunidade.

A segunda etapa consiste na realização das plenárias temáticas, as quais estão subdivididas em oito temas: (1) mulher, (2) desenvolvimento urbano, econômico, e qualidade de vida; (3) saúde; (4) educação; (5) criança e adolescente; (6) habitação; (7) assistência social e (8) direitos humanos e da juventude. Alguns destes temas apresentam sub-itens como no tema “desenvolvimento urbano, econômico, e qualidade de vida”, que se divide em segurança, meio-ambiente, cultura, **esporte e lazer**, trabalho, comércio e turismo, (grifo nosso).

Enquanto as assembleias de microrregiões fazem o levantamento das demandas e prioridades locais nas áreas de investimento e manutenção da cidade, as plenárias temáticas discutem os problemas que envolvem a cidade como um todo, extrapolando o critério da regionalização. O recurso destinado para investimento gira em torno de 10% do total global dos investimentos propostos no orçamento do ano.

O Conselho do Orçamento Participativo é a instância máxima de deliberação sobre o Plano de Investimentos de Goiânia, encaminhando ao prefeito as propostas eleitas para a aprovação final da Câmara Municipal.

Os recursos do orçamento municipal não são distribuídos de forma igualitária, pois cada região possui necessidades e características diferentes. Após a definição das prioridades por regiões, bem como a hierarquização das obras, considerando a carência e a real necessidade de cada região, os recursos são divididos observando critérios, tais como: carência de serviço ou de infra-estrutura urbana; áreas de população com baixo poder aquisitivo; população total de cada região da cidade e prioridade atribuída pela região às áreas de investimentos demandadas por ela. A região com maior carência, maior população, combinada com a vontade política expressa pelas prioridades estabelecidas pela população, será contemplada com mais obras e/ou serviços.

Na tabela 5 podemos observar os investimentos, aprovados para Goiânia no exercício 2002, em cada prioridade levantada pela ação conjunta da população e do poder público, onde se percebe claramente que o município apresenta problemas de infra-estrutura básica: 49,9% do orçamento é destinado a asfalto, demonstrando que a administração pública não conseguiu acompanhar o desenvolvimento urbano da cidade.

Tabela 5 - Investimentos aprovados pela Câmara Municipal de Goiânia após a realização de todas as etapas do orçamento participativo, para o exercício 2002.

Prioridades		Investimento	%
Asfalto	R\$	22.555.810,00	49,9
Educação	R\$	6.733.955,00	15,0
Saúde	R\$	4.782.000,00	10,5
Centro Educacional Infantil	R\$	4.729.050,00	10,4
Parque Ecológico	R\$	1.257.000,00	2,8
Regularização	R\$	1.204.148,30	2,7
Pontes	R\$	990.000,00	2,2
Centro Comunitário	R\$	710.000,00	1,6
Revitalização	R\$	594.255,00	1,4
Centros Poliesportivos	R\$	402.000,00	1,0
Quadras de Esportes	R\$	305.257,00	0,7
Praças	R\$	248.000,00	0,5
Mercados	R\$	200.000,00	0,4
Pista de Cooper	R\$	198.000,00	0,4
Centro de Convivência de 3ª Idade	R\$	180.000,00	0,4
Calçadas (Noroste)	R\$	80.000,00	0,1
Total Geral	R\$	45.169.475,30	100

A manutenção e construção de espaços públicos de lazer são elencados como investimentos fundamentais pela comunidade. Considerando o parque ecológico, centro comunitário, centros poliesportivos, quadras de esportes, praças e pista de cooper como espaços de lazer, o investimento corresponde a 6,9% do total.

Apesar do orçamento participativo fazer parte da política municipal, as secretarias não participam efetivamente do processo, parecendo entrar mais por obrigação do que convicção no momento da execução, devendo realizar da maneira como ficou estabelecido no orçamento, sem possibilidades de contestação. Esta omissão gera situações conflitantes dentro do próprio poder público. Se a população

elegeu como prioridade a construção de uma quadra em um determinado local, a Secretaria de Esporte e Lazer é quem deve dar andamento ao processo através da Secretaria de Obras Públicas, concordando ou não.

O processo de conscientização dos cidadãos visando ampliar a participação da comunidade ainda é muito escasso, sendo necessária uma maior divulgação e motivação para esta atuação. No ano de 2002, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Ação Popular, somente cerca de 6% do total da população de Goiânia participou das reuniões do orçamento participativo e das reuniões temáticas.

Faz-se necessário repensar os mecanismos e as formas de participação tanto das secretarias de governo quanto da população para que não fiquem limitadas a ser meros instrumentos de informação e execução, sem a real capacidade de interferência sobre a decisão final.

Ao longo destes anos, faltou ao poder público municipal uma melhor interlocução com a população para que houvesse a participação popular. Se desde a fundação da cidade este processo tivesse sido implantado e conduzido pela administração pública numa dimensão pedagógica, muito provavelmente os problemas básicos de infra-estrutura, de saúde, educação, habitação, transporte, entre outros, não seriam mais prioritários e o lazer poderia estar rompendo com as práticas tradicionais paternalistas e assistencialistas, auxiliando nessa caminhada em direção da conscientização mais ampla das relações sociais, de uma efetiva participação cultural e alcançando maior bem-estar social da população.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante os seus problemas de trânsito, habitação e carência de infraestrutura, Goiânia é considerada uma das cidades brasileiras com apreciáveis indicadores de qualidade de vida. Na pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU sobre condições de vida e desenvolvimento humano, realizada nas capitais brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes, no período de 1995 a 1999, Goiânia obteve o sétimo lugar tanto no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, quanto no Índice de Condições de Vida - ICV.

O desenvolvimento acelerado produziu graves problemas na cidade, os quais, sem uma intervenção adequada do poder público, criou mazelas a respeito da boa qualidade de vida proposta no plano original. Sendo assim, cuidar dessa questão torna-se prioridade nas atenções do poder público e compromisso de toda a população.

Goiânia, como objeto de estudo concreto, constitui um espaço de análise que permite constatar que ainda está bem distante da tão necessária integração entre conhecimento e intervenção. Requiza(1980) ao propor três ordens de diretrizes à política de lazer, evidenciou, há mais de vinte anos, uma concepção de lazer que caminha inversamente à prática economicista do espaço urbano, onde este constitui, exclusivamente, uma mercadoria de alto valor especulativo, apropriado por aqueles que detém maior poder aquisitivo.

A mercantilização dos espaços urbanos sobrepujou qualquer possibilidade de concepção do lazer mais orgânica, enquanto uma necessidade básica do ser humano. Esta mudança de concepção faz com que se conceba o lazer como uma conquista (BRAMANTE, 1998).

Ao longo deste estudo, procurou-se evidenciar, quer ao nível dos aspectos materiais (espaços, instalações e equipamentos), quer em termos de recursos humanos para a animação sócio-cultural, ou mesmo em relação à reordenação do tempo para favorecer o aumento do tempo livre de seus habitantes, que Goiânia, inicialmente planejada para 50 mil pessoas, não desenvolveu diretrizes gerais que levassem a uma política de ação no campo do lazer para a sua população.

O lazer na cidade tem ocorrido ao acaso, em decorrência de ações pontuais, oriundas de recursos federais, como foi o caso do projeto de Revitalização do Setor Sul e do Parque Areião.

As intervenções no campo do lazer, conforme relatado ao longo deste estudo, não foram concebidas pela sociedade local, mas implantadas, através de verbas federais e/ou estaduais, obtidas por injunções ideológicas de um ou outro político, interessado em conquistar votos num bairro ou região. O crescimento de alguns equipamentos urbanos é resultante destas ações e não de um exercício de cidadania.

Podemos colocar que, ao tratarem a questão do lazer, as diversas Secretarias Municipais de Goiânia, como as de Turismo, de Cultura, de Esporte e Lazer, de Educação e de Saúde, quase sempre se restringem ao respectivo conteúdo cultural do lazer específico, não contemplando as suas distintas naturezas, além de atuarem de forma desintegrada e não se valendo da verdadeira participação popular.

Cabe à administração pública a responsabilidade de assegurar, articular e coordenar o trabalho dentro de um escopo coletivo, para que não aconteçam ações isoladas, sem a devida sintonia, resultando, muitas vezes, ações para os mesmos públicos e locais.

A falta de identidade e a ausência de formulação de políticas de lazer em Goiânia fazem com que este seja manifestado através de propostas do tipo “pacotes” apresentados pelas equipes técnicas das várias secretarias, sem uma discussão que passe pelo entendimento mais amplo do lazer e da sua importância como instrumento de mobilização e participação cultural da população.

O direito ao lazer na cidade tornou-se secundário pelo poder público decorrente da hierarquia de valores presentes na vida cotidiana, que visam atender prioritariamente os interesses econômicos na tentativa incessante de buscar equiparação a outras capitais. A própria população contribui, de certa forma, com essa realidade, ao considerar que o lazer pode ser deixado a um segundo plano pelo poder público frente a outras necessidades consideradas mais imediatas, associado a visão preconceituosa de que o lazer não é “coisa séria”.

A iniciativa privada em Goiânia passa então a ser a grande responsável pela oferta de espaços e práticas de lazer como bares, shopping centers, cinemas, clubes, entre outros, voltada, principalmente, para as classes de maior poder aquisitivo. Estas ações excludentes fazem com que a população de baixa renda acabe vivenciando um lazer mais doméstico e alienado.

Grande parte das experiências de lazer na cidade também é promovida pelas instituições privadas sem fins lucrativos como o “Sistema S” (SESC, SESI e SEST),

Associação Atlética do Banco do Brasil - AABB, sindicatos e associações de funcionários de empresas, os quais, mesmo com objetivos estratégicos de atendimento a públicos específicos, acabam também atendendo a comunidade como um todo, desempenhando um papel que, a princípio, seria do poder público. Estas instituições atuam com preços mais acessíveis, geralmente não estão na parte central da cidade ou em bairros nobres, facilitando o acesso da população. Uma outra característica, principalmente do “Sistema S”, é a oferta de uma programação mais constante, com uma maior abrangência dos conteúdos culturais de lazer e razoavelmente diversificada para o atendimento de jovens, crianças, adultos e idosos.

É sempre recomendável que uma política pública setorial de lazer busque interfaces com outras políticas sociais para que este inter-relacionamento possa ampliar o repertório de experiências de lazer, qualificar recursos humanos e transformar, adaptar e criar novas opções de espaços e equipamentos. Além disso, deve-se estreitar as relações com o Estado para enfatizar a importância da democratização do acesso ao lazer e, dessa forma, contribuir para uma melhor qualidade de vida da população.

A prefeitura e a universidade devem igualmente buscar uma maior aproximação, realizando, de forma conjunta, seminários e fóruns de discussões para que o enfoque do lazer não se reduza a prescrição de atividades, “pacotes” ligados aos padrões do mercado consumidor e da indústria cultural, buscando a formação permanente dos profissionais, formulando e construindo novas competências e respeitando a identidade cultural e social da comunidade. Através deste processo de cooperação espera-se o rompimento da dicotomia ainda existente entre planejar e executar, ampliando-se

mecanismos de avaliação e de construção coletiva do conhecimento, com possibilidade de transformação e participação de um maior número de pessoas, com maior comprometimento.

Desta forma, o processo de participação da comunidade nas experiências de lazer poderá tornar-se mais incluyente, facilitando o espírito crítico-criativo, ampliando o entendimento da cidadania e da autonomia, bem como compreender o lazer como um dos direitos constitucionais, tanto pelos animadores sócio-culturais quanto pela população que dele usufrui.

Pensarmos numa cidade mais humana é tentar uma (re)organização, (re)adaptação e a busca de soluções dos problemas de acordo com o que os cidadãos anseiam para o seu bem-estar, a partir daquilo que a cidade pode e tem a oferecer. Por isso, a universidade constitui um espaço privilegiado de discussão, reflexão e, principalmente, de contribuição para a sociedade e, em especial, para o poder público. Como espaço privilegiado do pensar, do conhecer, deve ser buscada para justificar a sua existência. Cabe a cada um de nós uma parcela de contribuição, para a mudança de “olhar”. Não copiar “modelos”, não implantar o que se “ganhou”, mas criar o lazer a partir das necessidades, cõscios de que as necessidades básicas são várias e nenhuma sobrepõe a outra, portanto, devem ser realizadas de forma integrada. Considerar que cada comunidade tem a sua história, sua cultura, seu modo de vida na construção de uma política setorial de lazer já é uma grande conquista.

A compreensão do lazer no planejamento urbano de Goiânia constitui um desafio. Mas o maior desafio está em, a partir dessa compreensão, ousar em propor um exercício pleno de cidadania que contribua para o bem estar de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *O sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação*. São Paulo: Bomtempo, 1999. p.173-183.

BERNARDES, Genilda Darc. *Considerações sobre o plano de Goiânia*. In Silva, Luiz Sérgio Duarte da. Org. *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BRAMANTE, Antônio Carlos. A Administração do Lazer nos Clubes Social-recreativos: perpetuando os vícios do setor público. *Licere*, Belo Horizonte: v.2, nº 1: 59-73, 1999.

_____. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: Bruhns, H. T. (org). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p.123-154.

_____. Lazer e concepções. *Licere*, Belo Horizonte: v.1, nº 1, 1998.

_____. Lazer e construção cultural: Cooperação e parceria entre o poder público, universidade, iniciativa privada e iniciativa espontânea. *Anais do IX Enarel*, 1997, p. 143-147.

BRUNHS, Heloisa T. (org.). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 33-59.

_____. Prefácio. In: GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Lazer e Prazer*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

CAMARGO, Luiz O. Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Uma política de lazer*. Anais do 5º Congresso Mundial de Lazer. São Paulo: Sesc, 1998.

CAVALLEIRO, M. Cristina; SALGADO Marlene. Diadema: Direitos que vamos construindo. In Marcellino, N. Carvalho. *Políticas públicas setoriais de lazer – o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 4ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 1989.

CHAUL, Narsr Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2ª edição, Goiânia: Editora UFG, 1999.

_____. **Caminhos de Goiás**. 2ª edição, Goiânia: Editora UFG, 2002.

CORDEIRO, Narcisa Abreu. **Goiânia: evoluções do plano urbanístico**. Goiânia: Composição Artes Gráficas e Editora Ltda, 1989.

CORDEIRO, N. A.; QUEIROZ, N. M. de. **Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original**. Goiânia: Composição Artes Gráficas e Editora Ltda, 1990.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo. Sesc, 1980.

ELIAS, Nobert; DUNNING Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1985.

FAUSTO Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

GEBARA, Ademir. Nobert Elias e o processo civilizador: contribuição para a análise e pesquisa no campo do lazer. In: Bruhns, Heloisa T. (org.). **Temas sobre o Lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 33-46.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Prefeitura de Goiânia. Disponível em <<http://www.goias.go.gov.br>>. Acesso em 25 jul 2002.

- GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e Prazer**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRÁFICO. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**, 2ª edição, Paris: L'Arche, 1958, v.1.
- LIMA, Atilio Correia. **Goiânia, a nova capital de Goiás: resumo de um estudo**.s.d.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma , uma história**. Goiânia: Ed. UFG, 1990.
- MAGNANI, José G. C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. . In: Bruhns, H.T. e *Gutierrez G. L. (orgs.) O Corpo e o Lúdico: Ciclo de Debates Lazer e Motricidade*. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 20-33.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer - Uma introdução**. 2ª Edição, Campinas: Autores Associados, 2000.
- _____. Lazer e concepções. *Licere*, Belo Horizonte: v.1, nº 1, 1998.
- _____. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. **Políticas públicas setoriais de lazer – o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARTINS Jr, Osmar Pires. **Uma cidade ecologicamente correta**.Goiânia: AB Editora, 1996.
- MASCARENHAS, Fernando. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo. *Licere*, Belo Horizonte: v.3, nº 1: 72-89, 2000.

MATTOS, Regina Coeli Clímaco. Caracterização Socioambiental da Região Noroeste de Goiânia. *Revista Estudos*. V.28, Nº 2, UCG, Março/abril de 2001.

MELLO, Márcia Mertran. *A arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentista de Goiânia*. São Paulo: 1996, Dissertação de Mestrado USP.

MONTEIRO Ofélia S. Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MORIN, Edgard. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo I: neurose*. 8ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 1990.

OLIVEIRA, Isabel. *Estatuto da Cidade; para compreender....* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, Paulo Salles. O lúdico na vida cotidiana. In: Bruhns, Heloisa T. (org.). *Introdução aos Estudos do Lazer*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 12-32.

_____. Trabalho, não trabalho e contradições sociais. In: Bruhns, Heloisa T. (org.). *Temas sobre o Lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 47-63.

_____. *O lúdico na cultura solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.

PALACÍN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

PELLEGRIN, Ana. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal, in Marcellino, N.. *Políticas Públicas Setoriais de Lazer – O Papel das Prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Os contrastes do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Câmara Municipal de Goiânia *Lei Orgânica do Município de Goiânia*, 05/04/1990.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. IPLAN *Plano de desenvolvimento integrado de Goiânia*., Volume 1, 1992.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. *Plano de desenvolvimento integrado de Goiânia*., 1971.

REQUIXA, Renato. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980, Série lazer.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. São Paulo: 1983. Tese de Doutorado USP.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. Org. *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Ed.UFG, 2000.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Relatório de desenvolvimento humano, 2002. Disponível em: <http://www.br.undp.org>. Acesso em: 12 set 2002.

WAICHMAN, Pablo. *Tempo livre e recreação*. Campinas: Papirus, 1997.

YURGEL, Marlene. *Urbanismo e Lazer*. São Paulo: Nobel, 1983.